



PRRN  
Programa para a  
**Rede Rural**  
Nacional

2013

# Relatório de Execução





## ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO .....	7
1 ALTERAÇÃO DAS CONDIÇÕES GERAIS .....	13
2 FUNCIONAMENTO E ATIVIDADES DA REDE RURAL NACIONAL .....	14
3 ESTADO DE REALIZAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO .....	14
3.1 PERÍODOS DE CANDIDATURA E CONCURSOS ABERTOS .....	14
3.2 PEDIDOS DE APOIO ENTRADOS E INVESTIMENTO PROPOSTO .....	16
3.3 ANÁLISE, APROVAÇÃO E CONTRATAÇÃO DOS PEDIDOS DE APOIO .....	18
3.4 BALANÇO DAS ÁREAS DE INTERVENÇÃO .....	20
3.4.1 ÁREA DE INTERVENÇÃO 1 – CAPITALIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA E DO CONHECIMENTO .....	21
3.4.2 ÁREA DE INTERVENÇÃO 2 – FACILITAÇÃO DA COOPERAÇÃO .....	23
3.4.3 ÁREA DE INTERVENÇÃO 3 – OBSERVAÇÃO DO MUNDO RURAL .....	26
3.4.4 ÁREA DE INTERVENÇÃO 4 – FACILITAÇÃO DO ACESSO À INFORMAÇÃO .....	29
3.4.5 ÁREA DE INTERVENÇÃO 5 – FUNCIONAMENTO DA ESTRUTURA DO PROGRAMA .....	32
3.4.6 ÁREAS DE INTERVENÇÃO – INDICADORES DE REALIZAÇÃO / RESULTADO .....	34
4 ESTADO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA .....	38
4.1 EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PROGRAMA .....	38
4.2 FLUXOS FINANCEIROS COM A COMISSÃO EUROPEIA .....	41
5 MEDIDAS ADOTADAS PELA AUTORIDADE DE GESTÃO E PELO COMITÉ DE ACOMPANHAMENTO .....	42
5.1 MEDIDAS DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO .....	42
5.1.1 ACOMPANHAMENTO .....	42
5.1.2 AVALIAÇÃO .....	42
5.2 SISTEMAS DE INFORMAÇÃO .....	44
5.3 SISTEMAS DE CONTROLO .....	45
5.4 PROBLEMAS MAIS IMPORTANTES VERIFICADOS NA GESTÃO DO PROGRAMA .....	46
5.4.1 MONITORIZAÇÃO DOS PROJETOS APROVADOS – “OPERAÇÃO LIMPEZA” .....	47
5.5 EXAME ANUAL DO PROGRAMA .....	50
5.6 REUNIÃO DO COMITÉ DE ACOMPANHAMENTO .....	51
5.7 MEDIDAS TOMADAS PARA GARANTIR QUE O PROGRAMA É OBJETO DE PUBLICIDADE .....	53
5.7.1 <i>SITE</i> DO PRRN .....	54
5.7.2 <i>CONTACT CENTER</i> .....	55
5.7.3 BOAS PRÁTICAS DA DIVULGAÇÃO DO PRRN .....	57
5.7.4 COMUNICAÇÃO INTERNA .....	58
6 DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM AS POLITICAS COMUNITÁRIAS .....	59
6.1 CUMPRIMENTO DAS REGRAS RELATIVAS À CONCORRÊNCIA .....	59
6.2 CUMPRIMENTO DAS REGRAS RELATIVAS À CONTRATAÇÃO PÚBLICA .....	59
6.3 CUMPRIMENTO DAS REGRAS RELATIVAS À PROTEÇÃO E MELHORIA DO AMBIENTE .....	59
6.4 CUMPRIMENTO DAS REGRAS RELATIVAS À IGUALDADE ENTRE OS GÉNEROS E À NÃO DISCRIMINAÇÃO .....	60
7 REUTILIZAÇÃO DOS MONTANTES RECUPERADOS NOS TERMOS DO ARTIGO 33º DO REGULAMENTO (CE) Nº 1290/2005 .....	61
ANEXOS .....	63

## ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1:	DOTAÇÃO GLOBAL DO PRRN .....	13
QUADRO 2:	CONCURSOS E PERÍODOS ABERTOS A 31-12-2013 .....	16
QUADRO 3:	PA ENTRADOS A 31-12-2013 .....	17
QUADRO 4:	PROCESSO DE CONTRATAÇÃO (EM 2013) .....	19
QUADRO 5:	PROCESSO DE CONTRATAÇÃO (A 31-12-2013) .....	20
QUADRO 6:	ÁREA DE INTERVENÇÃO 1 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS A 31-12-2013 .....	21
QUADRO 7:	ÁREA DE INTERVENÇÃO 1 - PA CONTRATADOS POR TIPOLOGIA DO PROMOTOR A 31-12-2013 .....	22
QUADRO 8:	ÁREA DE INTERVENÇÃO 1 - PA CONTRATADOS POR AÇÕES / ATIVIDADES A 31-12-2013 .....	23
QUADRO 9:	ÁREA DE INTERVENÇÃO 2 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS A 31-12-2013 .....	24
QUADRO 10:	ÁREA DE INTERVENÇÃO 2 - PA CONTRATADOS POR TIPOLOGIA DO PROMOTOR A 31-12-2013 .....	24
QUADRO 11:	ÁREA DE INTERVENÇÃO 2 - PA CONTRATADOS POR AÇÕES / ATIVIDADES A 31-12-2013 .....	26
QUADRO 12:	ÁREA DE INTERVENÇÃO 3 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS A 31-12-2013 .....	27
QUADRO 13:	ÁREA DE INTERVENÇÃO 3 - PA CONTRATADOS POR TIPOLOGIA DO PROMOTOR A 31-12-2013 .....	27
QUADRO 14:	ÁREA DE INTERVENÇÃO 3 - PA CONTRATADOS POR AÇÕES / ATIVIDADES A 31-12-2013 .....	29
QUADRO 15:	ÁREA DE INTERVENÇÃO 4 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS A 31-12-2013 .....	30
QUADRO 16:	ÁREA DE INTERVENÇÃO 4 - PA CONTRATADOS POR TIPOLOGIA DO PROMOTOR A 31-12-2013 .....	31
QUADRO 17:	ÁREA DE INTERVENÇÃO 4 - PA CONTRATADOS POR AÇÕES / ATIVIDADES A 31-12-2013 .....	32
QUADRO 18:	ÁREA DE INTERVENÇÃO 5 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS A 31-12-2013 .....	33
QUADRO 19:	ÁREA DE INTERVENÇÃO 1 - INDICADORES DE REALIZAÇÃO A 31-12-2013 .....	34
QUADRO 20:	ÁREA DE INTERVENÇÃO 2 - INDICADORES DE REALIZAÇÃO A 31-12-2013 .....	34
QUADRO 21:	ÁREA DE INTERVENÇÃO 3 - INDICADORES DE REALIZAÇÃO A 31-12-2013 .....	35
QUADRO 22:	ÁREA DE INTERVENÇÃO 4 - INDICADORES DE REALIZAÇÃO A 31-12-2013 .....	36
QUADRO 23:	INDICADORES DO PRRN A 31-12-2013 .....	37
QUADRO 24:	EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PRRN .....	38
QUADRO 25:	CUMPRIMENTO DA REGRA N+2 .....	38
QUADRO 26:	INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO 2008-2013 (POR ÁREAS DE INTERVENÇÃO) .....	40
QUADRO 27:	FLUXOS FINANCEIROS COM A COM .....	41
QUADRO 28:	PEDIDOS DE PAGAMENTO INTERMÉDIOS E REEMBOLSOS DA COM .....	41
QUADRO 29:	PUBLICIDADE - INDICADORES <i>SITE</i> EM 2013 .....	54
QUADRO 30:	PUBLICIDADE - INDICADORES CORREIO ELETRÓNICO EM 2013 .....	56
QUADRO 31:	PUBLICIDADE - INDICADORES LINHA VERDE EM 2013 .....	56
QUADRO 32:	RECUPERAÇÕES - BASE DE DADOS DE DEVEDORES A 31-12-2013 .....	61

## ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1:	DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DO Nº DE PA ENTRADOS E % DO INVESTIMENTO .....	18
FIGURA 2:	SITUAÇÃO DOS PEDIDOS DE APOIO 31-12-2013 .....	19
FIGURA 3:	ÁREA DE INTERVENÇÃO 1 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA DP PAGA A 31-12-2013 .....	22
FIGURA 4:	ÁREA DE INTERVENÇÃO 2 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA DP PAGA A 31-12-2013 .....	25
FIGURA 5:	ÁREA DE INTERVENÇÃO 3 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA DP PAGA A 31-12-2013 .....	28
FIGURA 6:	ÁREA DE INTERVENÇÃO 4 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA DP PAGA A 31-12-2013 .....	31
FIGURA 7:	ÁREA DE INTERVENÇÃO 5 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA DP PAGA A 31-12-2013 .....	33
FIGURA 8:	“OPERAÇÃO LIMPEZA” - PROJETOS ENCERRADOS .....	48
FIGURA 9:	“OPERAÇÃO LIMPEZA” - DESPESA PÚBLICA LIBERTADA NO ANO .....	49
FIGURA 10:	PUBLICIDADE - CONTEÚDOS MAIS VISITADOS NO <i>SITE</i> EM 2013 .....	55
FIGURA 11:	PUBLICIDADE - SESSÃO DE DIVULGAÇÃO .....	57
FIGURA 12:	PUBLICIDADE - SESSÃO DE DIVULGAÇÃO .....	57

## ÍNDICE DAS ATIVIDADES

### **AI1 - CAPITALIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA E DO CONHECIMENTO**

- 1.1 Elaboração do quadro de prioridades, segundo áreas temáticas;
- 1.2 Promover a identificação, a análise e a difusão de boas práticas e novos conhecimentos que respondam às necessidades dos agentes e a criação e gestão de uma base de dados específica para o efeito;
- 1.3 Promover o acompanhamento da integração de boas práticas transferidas no desempenho dos agentes de desenvolvimento rural;
- 1.4 Promover ações de formação para novos GAL aproveitando a experiência e o conhecimento adquiridos no âmbito das Iniciativas LEADER.

### **AI2 - FACILITAÇÃO DA COOPERAÇÃO**

- 2.1 Identificar os fatores que têm obstado à prática da cooperação, nomeadamente no âmbito da experiência LEADER e estabelecer o quadro de necessidades para aumentar e melhorar a prática de cooperação;
- 2.2 Formar técnicos e públicos-alvo interessados na cooperação e providenciar assistência técnica no âmbito da elaboração de estratégias de cooperação;
- 2.3 Elaborar manual de boas práticas para a cooperação;
- 2.4 Promover ideias/intenções de cooperação, facilitar o encontro entre interessados na cooperação e divulgar boas práticas nomeadamente através de seminários com participação dos GAL.

### **AI3 - OBSERVAÇÃO DO MUNDO RURAL E DA IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL**

- 3.1 Estabelecer e alimentar uma matriz de indicadores que contribua para a identificação dos efeitos das políticas sobre o mundo rural e para facilitar o processo de avaliação do Plano de Desenvolvimento Rural e dos Programas de Desenvolvimento Rural;

- 3.2 Criar grupo temático para aprofundamento metodológico no âmbito do quadro comum de acompanhamento e avaliação, associado à tipificação e qualidade dos indicadores e apuramento dos seus resultados;
- 3.3 Constituir base de dados e produzir estudos, relatórios, análises temáticas e territoriais sobre a evolução da situação de contexto e os efeitos das políticas no mundo rural;
- 3.4 Produzir a informação necessária para avaliação do Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural;
- 3.5 Avaliação do Programa da Rede Rural Nacional.

#### **A14 - FACILITAÇÃO DO ACESSO À INFORMAÇÃO**

- 4.1 Elaborar quadro de prioridades em matéria de informação e de canais de comunicação;
- 4.2 Criar e manter o sítio da Rede Rural e outros meios de comunicação que venham a ser considerados adequados ao funcionamento da RR;
- 4.3 Tratar conteúdos e respetiva divulgação.

#### **A15 – FUNCIONAMENTO DA REDE RURAL**

- 5.1 Articular e coordenar com a RRE e com as Redes Nacionais dos restantes Estados Membros;
- 5.2 Animar e coordenar, a nível nacional, a atividade da Rede prevista no Plano de Ação;
- 5.3 Elaborar e implementar o plano de comunicação e de publicitação da RR.

## SIGLAS E ACRÓNIMOS

<b>AG:</b>	AUTORIDADE DE GESTÃO
<b>AI:</b>	ÁREA DE INTERVENÇÃO
<b>CA:</b>	COMITÉ DE ACOMPANHAMENTO
<b>DG AGRI:</b>	DIREÇÃO-GERAL DA AGRICULTURA E DO DESENVOLVIMENTO RURAL DA COMISSÃO EUROPEIA
<b>DRADR:</b>	DIREÇÃO REGIONAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
<b>DRAP:</b>	DIREÇÃO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS
<b>ETA:</b>	ESTRUTURA TÉCNICA DE ANIMAÇÃO
<b>FEADER:</b>	FUNDO EUROPEU AGRÍCOLA DE DESENVOLVIMENTO RURAL
<b>GPP:</b>	GABINETE DE PLANEAMENTO E POLÍTICAS
<b>IFAP:</b>	INSTITUTO DE FINANCIAMENTO DA AGRICULTURA E PESCAS, IP
<b>IGF:</b>	INSPEÇÃO-GERAL DE FINANÇAS
<b>LVT:</b>	LISBOA E VALE DO TEJO
<b>OP:</b>	ORGANISMO PAGADOR
<b>PA:</b>	PEDIDOS DE APOIO
<b>PDR:</b>	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL
<b>PREMAC:</b>	PLANO DE REDUÇÃO E MELHORIA DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL
<b>ProDer:</b>	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO CONTINENTE
<b>PRRN:</b>	PROGRAMA PARA A REDE RURAL NACIONAL
<b>RRN:</b>	REDE RURAL NACIONAL
<b>SIIFAP:</b>	SISTEMA DE INFORMAÇÃO DO IFAP
<b>SIProDer:</b>	SISTEMA DE INFORMAÇÃO DOS PEDIDOS DE APOIO
<b>SRARN:</b>	SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA



## SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente relatório encontra-se organizado em sete pontos, sendo abordados, entre outros aspetos estabelecidos regulamentarmente, o estado de execução do Plano de Ação da Rede Rural Nacional (RRN), da execução financeira do Programa para a Rede Rural Nacional (PRRN) e quais as medidas adotadas pela Autoridade de Gestão (AG) e pelo Comité de Acompanhamento (CA) no sentido de otimizar a sua execução e ultrapassar dificuldades que se tenham verificado.

Relativamente ao funcionamento e atividades desenvolvidas pela RRN, estes encontram-se retratados no Relatório de Atividades da RRN, produzido pela Estrutura Técnica de Animação da RRN (ETA), que se encontra em anexo e faz parte integrante do presente Relatório de Execução.

- 1.** O PRRN foi aprovado em dezembro de 2008, pela Decisão C(2008) 7840 da Comissão Europeia e inclui um conjunto de apoios financiados pelo FEADER, com o objetivo de assegurar o funcionamento da RRN e das atividades previstas no seu Plano de Ação.
- 2.** No âmbito do Plano de Redução e Melhoria da Administração Central (PREMAC), teve lugar em 2012 a integração do PRRN na AG do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (ProDeR), sem que tenham posteriormente existido novas alterações ao modelo de governação.
- 3.** Em 2013 manteve-se uma elevada taxa de execução do Programa, tal como já vinha a ocorrer desde fevereiro de 2012, com esta taxa a atingir, em dezembro, os 84%.

Esta execução foi de 4.276 mil euros de despesa pública total e 3.597 mil euros de comparticipação FEADER, tendo assim sido largamente ultrapassada a dotação FEADER programada para o ano de 2013 (1.692 mil euros), o que permitiu alcançar logo no mês de abril a meta necessária para o cumprimento da regra n+2 de 2013 e em novembro a relativa a 2014. Em termos de Fundo, este nível de execução corresponde a um acréscimo de 39% face ao verificado no ano anterior.

- 4.** A taxa de contratação global no final de 2013 representava cerca de 100% da despesa pública programada para o período 2008-2013, evidenciando a evolução que houve de uma situação ainda de existência de *overbooking* no fim de 2012, para uma inexistência do mesmo no fim de dezembro de 2013.
- 5.** No âmbito da monitorização da execução dos pedidos de apoio (PA) aprovados, em 2013 foi desencadeada a designada “Operação Limpeza” no PRRN, cujos primeiros resultados decorrentes do encerramento de projetos surgiram logo no final do primeiro trimestre do ano, quando se encontravam já concluídos 45, que libertaram cerca de 1.260 mil euros de despesa pública, com o maior número de

encerramentos a ocorrer no terceiro trimestre do ano. No final de 2013 tinham sido libertadas verbas num total de 2.520 mil euros e encontravam-se concluídos 171 PA.

Em termos gerais, verificou-se que a taxa de subexecução média dos PA promovidos por entidades privadas foi de 9%, quando nos de entidades públicas foi quatro vezes e meia superior (41%).

**6.** A subexecução global média verificada nas candidaturas de cerca de 20%, aliada à desistência PA por parte de promotores e à estimativa da subexecução daqueles que ainda se encontravam por concluir, conduziu a que, durante o decorrer do primeiro semestre de 2013, fosse identificada a necessidade do Programa assumir compromissos adicionais, de forma a garantir que as suas verbas sejam integralmente executadas.

Por ter sido cancelado o concurso de 2011 da Área de Intervenção 4 (AI 4), bem como por existirem apenas 12 PA aprovados nesta AI respeitantes ao concurso de 2010, foi entendido que deveria ser a AI 4 o objeto das novas aprovações, a incidir nas seguintes prioridades temáticas:

- ❖ Valorização dos produtos locais e comercialização;
- ❖ Inovação e empreendedorismo em meio rural;
- ❖ PAC pós 2013 e articulação das políticas de desenvolvimento rural com outras políticas de incidência no território.

Foi também decidido restringir o concurso apenas a entidades privadas, dadas as dificuldades sentidas pelas entidades públicas na execução das candidaturas que já possuíam, decorrentes, essencialmente, dos constrangimentos orçamentais e da designada Lei dos compromissos.

**7.** Foi assim decidida, em agosto de 2013, a abertura de um novo período de candidaturas à AI 4, tendo sido identificado um montante de cerca de 500 mil euros como o valor de despesa pública a comprometer.

De forma a permitir uma mais eficiente gestão desse montante, tendo também em atenção algum grau de incerteza ainda existente à época relativamente à taxa de execução final dos PA ainda por concluir, optou-se pela modalidade de abertura de concurso em período contínuo.

Foram analisados e decididos, ainda em 2013, 18 dos 22 PA submetidos. Destes 18 PA, 14 foram objeto de aprovação, representando uma despesa pública aprovada de cerca de 600 mil euros, e 4 foram objeto de indeferimento.

**8.** No que respeita às áreas temáticas sobre as quais foram desenvolvidas as iniciativas realizadas no âmbito dos PA que foram concluídos até ao fim de dezembro de 2013, que têm por objetivo assegurar a execução do Plano de Ação e dos Planos de Atividades da RRN (AI 1 a 4) - 147 num total de 166 PA (89%) - verifica-se a seguinte situação:

- ❖ AI 1: A área temática dominante foi a da “Competitividade empresarial, inovação, empreendedorismo e gestão”, com destaque para as atividades de divulgação.
- ❖ AI 2: A área temática dominante foi a da “Identificação de constrangimentos e boas práticas para a cooperação”, com destaque para as atividades de divulgação / diagnóstico, sendo que a área temática “Cooperação na valorização territorial” foi também objeto de um número significativo de atividades de divulgação / diagnóstico.
- ❖ AI 3: As áreas temáticas dominantes foram as da “Análise de políticas de desenvolvimento rural / articulação com outras políticas com incidência no território” e a “Elaboração de estudos de evolução das dinâmicas do mundo rural”.
- ❖ AI 4: As áreas temáticas dominantes foram as da “Divulgação das boas práticas identificadas, assim como dos produtos resultantes do funcionamento da rede no âmbito de outras áreas de intervenção” e da “Informação sobre novas tecnologias, novas técnicas que respondam aos problemas dos agentes económicos e da população”, com um domínio ao nível da produção de materiais de comunicação.

**9.** Relativamente aos indicadores estabelecidos para o Programa, tendo em atenção os PA já concluídos, constata-se que, apesar do atraso que o PRRN teve no seu início e das reduções de dotação financeira de que foi alvo, foi possível cumprir a grande maioria das suas metas.

**10.** No que concerne ao sistema de informação do ProDeR, para além da manutenção do funcionamento dos instrumentos de monitorização da execução dos PA, foi necessário criar em 2013 um conjunto novo de ferramentas, cuja necessidade decorreu da abertura do novo período de candidaturas à AI 4, nomeadamente:

- ❖ Desenvolvimento de formulário para submissão de candidaturas.
- ❖ Desenvolvimento do Balcão de Beneficiário do PRRN, com um conjunto variado de funcionalidades.

O Sistema de Informação do IFAP (SIIFAP) manteve-se como o sistema de base de suporte à análise, decisão, contratação e pagamentos relativos aos PA.

**11.** Em 2013 deu-se continuidade à Estratégia de Comunicação adotada no ano anterior, i.e., o estabelecimento de uma interligação entre o ProDeR e o PRRN em todas as multiplataformas comunicacionais utilizadas, prática que se tem revelado amplificadora das mensagens que cada um dos Programas comporta e um meio muito eficaz de transmissão da informação.

A rapidez, a facilidade e o baixo custo de acesso à informação proporcionados pela *internet*, bem como a possibilidade de disponibilizar imediatamente consideráveis volumes de informação, fizeram do *site* do PRRN um meio privilegiado de divulgação e informação sobre o Programa.

O *Contact Center* manteve-se também como uma plataforma de comunicação por excelência com o público-alvo do Programa, tendo os seus beneficiários, efetivos ou potenciais, de uma forma direta, célere e eficaz, uma plataforma disponível para exposição de dúvidas, apresentação de sugestões ou resolução de problemas.

**12.** Relativamente às atividades desenvolvidas pela RRN em 2013, estas centraram-se essencialmente nos seguintes domínios:

- ❖ Dinamização das atividades da RRN, tendo sido assegurado o regular funcionamento dos órgãos da RRN, a participação ativa dos membros nas suas atividades, a articulação com as redes europeia e dos outros Estados-Membros e dinamizada a elaboração do Plano de Atividades.
- ❖ Promoção do acesso e disseminação de informação, através do apoio à ação dos agentes envolvidos no desenvolvimento rural, favorecendo e potenciando a troca de informação, de experiências e de conhecimento. Foi dada sequência às ações de informação e publicidade previstas no âmbito do plano de comunicação, que têm como destinatários os membros da RRN, os agentes do desenvolvimento rural e o público em geral.
- ❖ Promoção do conhecimento e a sua difusão, através de: constituição de grupos de trabalho temáticos relativos a questões de desenvolvimento rural; edição da revista da RRN; criação de um sistema de identificação, sistematização da informação e respetiva divulgação, relativa às experiências de sucesso; desenvolvimento, no novo *site internet* da RRN, de um centro de recursos, organizado por áreas temáticas, dando acesso a informação relacionada com o desenvolvimento rural, bem como se procedeu à difusão das atividades e dos resultados das operações apoiadas pelo PRRN e tendo também sido disponibilizados conteúdos e documentos sobre desenvolvimento rural, boas práticas e novos conhecimentos produzidos pela Rede Europeia de Desenvolvimento Rural e pelas Redes Rurais dos outros Estados-Membros.

- ❖ Apoio à Cooperação LEADER, através da divulgação das informações de oferta e procura de parceiros a nível nacional e transnacional, bem como documentos de orientação metodológica para a cooperação elaborados por outras Redes, exemplos de boas práticas e eventos no âmbito da cooperação.



## 1 ALTERAÇÃO DAS CONDIÇÕES GERAIS

No decorrer do ano de 2013 não se registaram alterações ao modelo de governação, que foi implementado na sequência do processo de fusão das estruturas do PRN e do ProDeR, e consequente extinção da AG do PRN, que resultou do Decreto-Lei n.º 62/2012, de 14 de março, que alterou o Decreto-Lei n.º 2/2008, de 4 de janeiro, passando a Autoridade de Gestão a ser designada como AG do ProDeR e do PRN, com efeitos a partir de 1 de fevereiro de 2012.

Também não foram apresentadas propostas de alteração ao PRN, de natureza física ou financeira, mantendo-se a dotação financeira do Programa conforme proposta de reprogramação apresentada em fevereiro de 2012 e aceite pela Comissão Europeia a 27 de março de 2012 - Decisão C (2012) 2063.

### Quadro 1: Dotação global do PRN

Decisão C (2012) 2063 de 27 de março de 2012

Un: mil euros

TIPOLOGIA DA DESPESA DA REDE RURAL	Despesa pública	Contributo FEADER	%
Plano de Ação da RR Implementação, execução e avaliação da RR	9.054	7.397	79%
Gestão da estrutura da RR	2.676	1.938	21%
<b>TOTAL</b>	<b>11.730</b>	<b>9.336</b>	<b>100%</b>

## 2 FUNCIONAMENTO E ATIVIDADES DA REDE RURAL NACIONAL

O funcionamento da RRN é promovido pela ETA, cujo Relatório de Atividades se apresenta em anexo.

## 3 ESTADO DE REALIZAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO

### 3.1 PERÍODOS DE CANDIDATURA E CONCURSOS ABERTOS

Na sequência da anulação automática da dotação FEADER do Programa, por força do não cumprimento da regra n+2 em 2011, bem como a alteração da taxa de cofinanciamento de 50% para 85% das despesas públicas elegíveis, houve lugar a uma redução da dotação financeira do PRRN de 22.737 mil euros para 11.730 mil euros. Esta redução levou não só à suspensão do concurso à Área de Intervenção 4 “Facilitação do acesso à informação” (AI 4) de 2011, mas também à impossibilidade de abertura de novos concursos em 2012, dada a elevada taxa de compromissos com que ficou o Programa (118%).

No decurso de 2013 manteve-se uma elevada taxa de execução do Programa, tal como tinha já vindo a ocorrer desde fevereiro de 2012, com esta taxa a atingir, em dezembro, os 84%. Em simultâneo à monitorização da evolução da execução, foi também desencadeada a designada “Operação Limpeza”, no sentido de garantir que a execução das operações decorria dentro dos prazos estabelecidos.

A subexecução global verificada nas candidaturas de cerca de 20%, aliada à desistência de PA por parte de promotores e à estimativa da subexecução dos PA que ainda se encontravam por concluir, conduziu a que, durante o decorrer do primeiro semestre de 2013, fosse identificada a necessidade do Programa assumir compromissos adicionais, de forma a garantir que as suas verbas sejam plenamente executadas.

Devido ao facto de ter sido cancelado o concurso de 2011 da AI 4, bem como existirem apenas 12 PA aprovados respeitantes ao concurso de 2010, foi entendido que deveria ser a AI 4 a ser objeto de novas aprovações, a incidir nas seguintes prioridades temáticas, devidamente previstas no plano de atividades da RRN para 2013 e período de transição 2014/2015:

- ❖ Valorização dos produtos locais e comercialização;

- ❖ Inovação e empreendedorismo em meio rural;
- ❖ PAC pós 2013 e articulação das políticas de desenvolvimento rural com outras políticas de incidência no território.

Foi ainda decidido restringir o concurso apenas a entidades privadas, dadas as dificuldades sentidas pelas entidades públicas na execução das candidaturas que já possuíam, decorrentes dos constrangimentos orçamentais e da designada Lei dos compromissos, dificuldades essas que não era expectável virem a diminuir.

Saliente-se que estas opções, a confirmar-se a necessidade de virem a ser assumidos novos compromissos, tinham sido previamente objeto de consulta aos membros do CA na reunião de 5 de junho de 2013.

Assim, em agosto de 2013, foi decidida a abertura de um novo período de candidaturas à AI 4, tendo sido identificado um montante de cerca de 500 mil euros como o valor de despesa pública a comprometer.

De forma a permitir uma mais eficiente gestão desse montante, tendo também em atenção algum grau de incerteza ainda existente à época relativamente à taxa de execução final dos PA ainda por concluir, optou-se pela modalidade de abertura de concurso em período contínuo.

Assim, o período de apresentação dos PA teve início no dia 24 de setembro de 2013, determinado através do anúncio de abertura de período contínuo nº 1/AI4/2013, tendo o último PA sido submetido no dia 27 desse mesmo mês. No total foram submetidos 22 PA, com um investimento proposto de 1.041 mil euros, dos quais 599 mil euros foram objeto de aprovação em 2013, o que corresponde a 14 PA.

Em termos globais, a distribuição da despesa pública colocada a concurso pode ser observada no quadro seguinte, onde apenas na AI 4 existe variação relativamente à situação referida no relatório de execução de 2012.

**Quadro 2: Concursos e períodos abertos a 31-12-2013**

ÁREAS DE INTERVENÇÃO		CONCURSOS / PERÍODOS			
		2013	Acumulado		
		Nº	Nº	Despesa pública (mil euros)	FEADER (mil euros)
<b>EXECUÇÃO DO PLANO DE AÇÃO DA RRN</b>		<b>1</b>	<b>5</b>	<b>12.978</b>	<b>6.489</b>
AI1	Capitalização da experiência e do conhecimento	-	1	5.404	2.702
AI2	Facilitação da cooperação	-	1	1.090	545
AI3	Observação do mundo rural e da implementação das políticas de desenvolvimento rural	-	1	2.528	1.264
AI4	Facilitação do acesso à informação	1	2	3.956	1.978
<b>FUNCIONAMENTO DA ESTRUTURA DA REDE RURAL</b>		<b>-</b>	<b>2</b>	<b>3.843</b>	<b>1.922</b>
AI5	Funcionamento da rede rural	-	2	3.843	1.922
<b>TOTAL</b>		<b>1</b>	<b>7</b>	<b>16.821</b>	<b>8.411</b>

### 3.2 PEDIDOS DE APOIO ENTRADOS E INVESTIMENTO PROPOSTO

Relativamente a 2012, a única variação decorre do concurso aberto em 2013 para a AI 4, onde foram submetidos 22 PA num valor global de investimento proposto de 1.041 mil euros, passando assim o número total de PA entrados de 450 para 472 e o investimento proposto de 36.241 mil euros para 37.282 mil euros, conforme refletido no quadro seguinte.

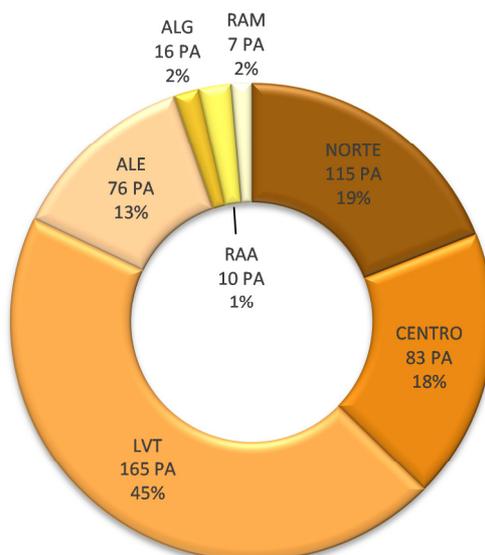
**Quadro 3: PA entrados a 31-12-2013**

ÁREAS DE INTERVENÇÃO		PA entrados	
		Nº	Invest. total (mil euros)
<b>EXECUÇÃO DO PLANO DE AÇÃO DA RRN</b>		<b>436</b>	<b>33.286</b>
AI1	Capitalização da experiência e do conhecimento	203	16.362
AI2	Facilitação da cooperação	23	1.418
AI3	Observação do mundo rural e da implementação das políticas de desenvolvimento rural	57	3.536
AI4	Facilitação do acesso à informação	153	11.971
<b>FUNCIONAMENTO DA ESTRUTURA DA REDE RURAL</b>		<b>36</b>	<b>3.996</b>
AI5	Funcionamento da rede rural	36	3.996
<b>TOTAL</b>		<b>472</b>	<b>37.282</b>

Relativamente à distribuição regional dos PA submetidos, não existe alteração da distribuição regional já constatada em 2012, uma vez que também nos PA da AI 4 submetidos em 2013 se mantém a dominância da região de Lisboa e Vale do Tejo (LVT), seguida pelas regiões Norte, Centro e Alentejo.

Refira-se que em 2013 não foram submetidos PA do Algarve, nem das regiões autónomas dos Açores e Madeira.

Figura 1: Distribuição regional do nº de PA entrados e % do investimento



### 3.3 ANÁLISE, APROVAÇÃO E CONTRATAÇÃO DOS PEDIDOS DE APOIO

Na sequência da abertura do período contínuo de apresentação de PA da AI 4 em 2013, foram analisados e decididos, ainda em 2013, 18 dos 22 PA submetidos (1 destes PA veio a ser objeto de desistência). Destes 18 PA, 14 foram objeto de aprovação, representando uma despesa pública aprovada de cerca de 600 mil euros, e 4 foram objeto de indeferimento.

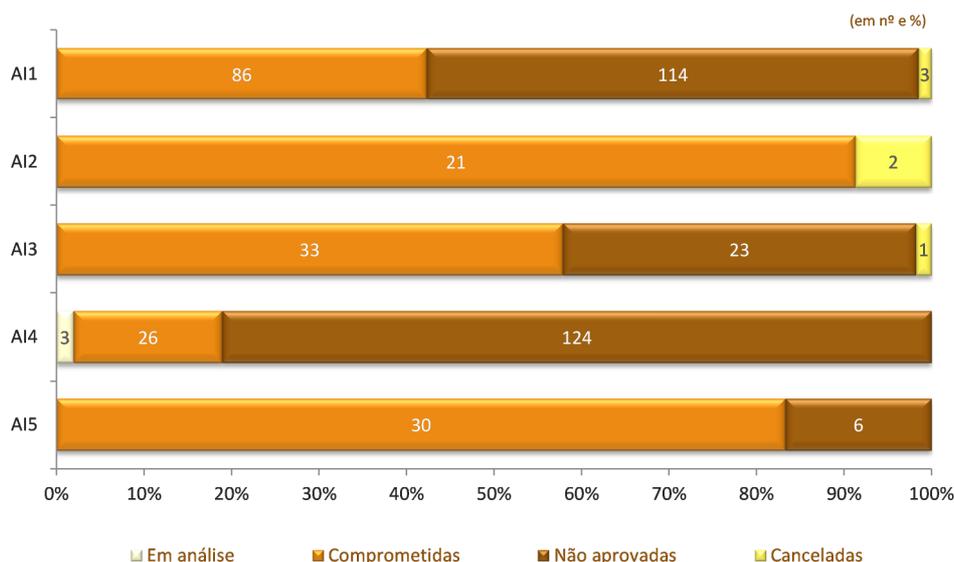
Refira-se que a análise e decisão dos PA submetidos foram efetuadas por etapas, em função da evolução da verba disponível para novas aprovações, inicialmente estimada em cerca de 500 mil euros, mas que se veio a revelar superior.

Essa evolução resultou da libertação de verbas originada pela subexecução dos PA à medida que estes foram sendo concluídos, pela subexecução estimada para aqueles que ainda se encontravam em execução, bem como pelos valores efetivos de aprovação dos novos PA. Este facto conduziu a que tenham transitado para o ano seguinte 3 PA por analisar, na medida em que não existia ainda garantia de disponibilidade financeira para a sua eventual aprovação.

Relativamente à situação verificada em 2012, há apenas um acréscimo dos 14 PA aprovados, de 3 em análise e de 5 não aprovados na AI 4, bem como de 6 PA cancelados, em resultado da “Operação Limpeza”.

Relativamente aos cancelados, 3 são da AI 1 “Capitalização da experiência e do conhecimento”, 2 da AI 2 “Facilitação da cooperação” e 1 da AI 3 “Observação do mundo rural e da implementação das políticas de desenvolvimento rural”.

**Figura 2: Situação dos pedidos de apoio 31-12-2013**



Nota: Relativamente à AI 4, 93 dos 124 PA não aprovados correspondem a candidaturas relativas ao concurso de 2011 que foi objeto de cancelamento.

Relativamente ao processo de contratação, em 2013 foram contratados 7 dos 14 novos PA aprovados, num valor de despesa pública de 331 mil euros.

**Quadro 4: Processo de contratação (em 2013)**

Un.: mil euros

ÁREAS DE INTERVENÇÃO		PA entrados		PA aprovados		PA contratados			
		Nº	Invest. total	Nº	Invest. total	Nº	Invest. total	Despesa pública	FEADER
<b>EXECUÇÃO DO PLANO DE AÇÃO DA RRN</b>		<b>22</b>	<b>1.041</b>	<b>14</b>	<b>599</b>	<b>7</b>	<b>331</b>	<b>331</b>	<b>143</b>
AI1	Capitalização da experiência e do conhecimento	-	-	-	-	-	-	-	-
AI2	Facilitação da cooperação	-	-	-	-	-	-	-	-
AI3	Observação do mundo rural e da implementação das políticas de desenvolvimento rural	-	-	-	-	-	-	-	-
AI4	Facilitação do acesso à informação	22	1.041	14	599	7	331	331	143
<b>FUNCIONAMENTO DA ESTRUTURA DA REDE RURAL</b>		-	-	-	-	-	-	-	-
AI5	Funcionamento da rede rural	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>		<b>22</b>	<b>1.041</b>	<b>14</b>	<b>599</b>	<b>7</b>	<b>331</b>	<b>331</b>	<b>143</b>

Em termos acumulados (período 2008-2013) foram contratados 189 PA no valor de 11.718 mil euros de despesa pública e 8.428 mil euros de Fundo, excluindo os 6 PA cancelados. Da despesa pública contratada, 42% pertence à AI 1, 6% à AI 2, 14% à AI 3, 14% à AI 4 e 24% à AI 5, conforme quadro seguinte.

A taxa de contratação global no final de 2013 representava cerca de 100% da despesa pública programada para o período 2008-2013, evidenciando a evolução que houve de uma situação ainda de existência de *overbooking* no fim de 2012, para uma inexistência do mesmo no fim de dezembro de 2013.

**Quadro 5: Processo de contratação (a 31-12-2013)**

Un.: mil euros

ÁREAS DE INTERVENÇÃO		PA entrados		PA aprovados		PA contratados			
		Nº	Invest. total	Nº	Invest. total	Nº	Invest. total	Despesa pública	FEADER
<b>EXECUÇÃO DO PLANO DE AÇÃO DA RRN</b>		<b>436</b>	<b>33.286</b>	<b>166</b>	<b>9.220</b>	<b>159</b>	<b>8.951</b>	<b>8.951</b>	<b>6.865</b>
AI1	Capitalização da experiência e do conhecimento	203	16.362	86	4.929	86	4.929	4.929	4.012
AI2	Facilitação da cooperação	23	1.418	21	715	21	715	715	508
AI3	Observação do mundo rural e da implementação das políticas de desenvolvimento rural	57	3.536	33	1.651	33	1.651	1.651	1.226
AI4	Facilitação do acesso à informação	153	11.971	26	1.925	19	1.656	1.656	1.118
<b>FUNCIONAMENTO DA ESTRUTURA DA REDE RURAL</b>		<b>36</b>	<b>3.996</b>	<b>30</b>	<b>2.767</b>	<b>30</b>	<b>2.767</b>	<b>2.767</b>	<b>1.563</b>
AI5	Funcionamento da rede rural	36	3.996	30	2.767	30	2.767	2.767	1.563
<b>TOTAL</b>		<b>472</b>	<b>37.282</b>	<b>196</b>	<b>11.987</b>	<b>189</b>	<b>11.718</b>	<b>11.718</b>	<b>8.428</b>

### 3.4 BALANÇO DAS ÁREAS DE INTERVENÇÃO

No presente ponto apresenta-se a informação correspondente às AI 1 a 4, que permitem dar sequência à execução do plano de ação da RRN, incidindo sobre o universo dos PA aprovados.

É feita igualmente referência à AI 5, que constitui o suporte financeiro para o funcionamento da estrutura de gestão da RRN e do PRRN.

Tal como no ano anterior, em 2013 a atividade das cinco AI centrou-se na execução das candidaturas aprovadas, tendo a sua grande maioria sido concluída.

Teve ainda lugar, como já referido anteriormente, a abertura de um novo período de candidaturas à AI 4, o que se veio a revelar necessário dada a subexecução global existente dos PA de cerca de 20%, bem com às desistências por parte dos promotores, de forma a garantir que as verbas do Programa sejam integralmente executadas.

### 3.4.1 ÁREA DE INTERVENÇÃO 1 – CAPITALIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA E DO CONHECIMENTO

Relativamente à AI 1, a região de LVT manteve-se como a mais representativa em termos de número de PA contratados (38%), tal como se observa no quadro seguinte. Esta representatividade acentuou-se no que respeita a despesa pública, pois esta representa 42% da total contratada.

Refira-se que comparativamente a 2012, o número de PA decresce de 89 para 86, fruto da desistência por parte dos promotores relativamente a 2 PA e da resolução contratual relativamente a 1.

**Quadro 6: Área de intervenção 1 - Distribuição regional dos PA contratados a 31-12-2013**

Un.: mil euros

REGIÃO	Total contratado		
	Nº PA	Despesa pública	FEADER
Norte	26	1.226	979
Centro	6	505	356
LVT	33	2.073	1.721
Alentejo	20	1.079	917
Algarve	1	46	39
Madeira	-	-	-
Açores	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>86</b>	<b>4.929</b>	<b>4.012</b>

No que respeita à tipologia dos promotores, verifica-se que 73% do número total de PA contratados se constituem sob a forma de parcerias, sendo que destas 89% integram parceiros privados, representando as parcerias 62% da despesa pública contratada. Este aspeto é um indicador relevante do sucesso do Programa nesta AI, no que respeita à promoção do trabalho em parceria.

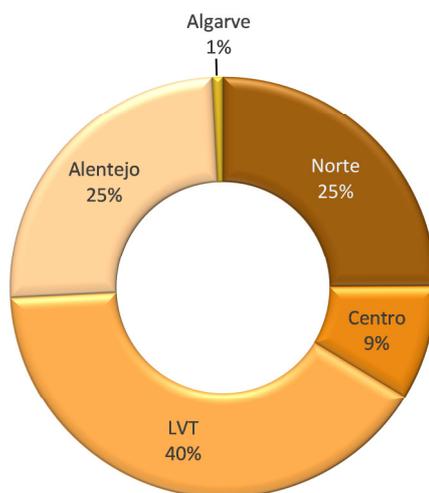
**Quadro 7: Área de intervenção 1 - PA contratados por tipologia do promotor a 31-12-2013**

TIPOLOGIA	Nº PA	Despesa pública	
		Mil euros	%
Isolada	23	1.944	39%
Parceria privada	25	1.259	26%
Parceria pública	7	320	7%
Parceria pública / privada	31	1.406	29%
<b>TOTAL</b>	<b>86</b>	<b>4.929</b>	<b>100%</b>

Quanto aos pagamentos efetuados aos beneficiários no âmbito da AI 1, estes representam 45% do total pago no PRRN e ascendem a 4.539 mil euros de despesa pública, o que corresponde a 3.854 mil euros de FEADER. Este valor representa um acréscimo de 158% (2.778 mil euros), relativamente ao montante pago até 2012.

A sua repartição regional é a apresentada na figura seguinte, mantendo-se uma maior expressão da região de LVT.

**Figura 3: Área de intervenção 1 - Distribuição regional da DP paga a 31-12-2013**



Relativamente ao contributo para o Plano de Ação e Planos de Atividades da RRN, os PA incidem sobre as ações e atividades descritas no quadro seguinte.

**Quadro 8: Área de intervenção 1 - PA contratados por ações / atividades a 31-12-2013**

AÇÕES	ATIVIDADES	Nº PA [*]	Desp. pública (mil euros)	% do total
Ações de formação para novos GAL	Possibilitar a aquis. de competências técnicas de âmbito transversal e em áreas específicas, para o funcionam. GAL	3	21	0,4%
	Possibilitar a aquis. de competências técnicas em áreas específicas, para a implem. e avaliação da estratégia local	5	17	0,3%
Acompanhamento da integração de boas práticas	Acompanhar, monitorizar e avaliar a integração de novas práticas e novos conhecimentos	9	38	0,8%
	Avaliar a adequabilidade e eficácia das metodologias aplicadas	5	6	0,1%
	Avaliar os efeitos da transferência das boas práticas e dos novos conhecimentos	9	21	0,4%
	Definir metodologias de análise e transferência de boas práticas e novos conhecimentos	11	72	1,5%
Identificação, análise e difusão de boas práticas	Divulgar os resultados obtidos com a integração de novas práticas e dos novos conhecimentos	15	100	2,0%
	Identificar, analisar e divulgar boas práticas e projetos de sucesso	60	1.664	33,8%
	Produzir e divulgar conhecimentos sobre novas abordagens	51	931	18,9%
	Produzir e divulgar conhec. sobre os fatores condicionantes ou potenciadores do sucesso e as metod. utilizadas	73	2.060	41,8%
<b>TOTAL</b>		<b>241</b>	<b>4.929</b>	<b>100%</b>

[\*] Existem repetições porque um PA pode incidir em mais do que uma atividade. Nº PA contratados na AI 1 = 86.

É evidente o grande destaque do número de PA que têm como objetivo questões ligadas com a implementação de boas práticas, nomeadamente a sua identificação, análise, difusão e acompanhamento, que representam 94% da despesa pública aprovada. Esta constatação denota um elevado grau de preocupação dos agentes em identificar e difundir as melhores práticas, de forma a melhorar a competitividade das atividades desenvolvidas em meio rural.

### 3.4.2 ÁREA DE INTERVENÇÃO 2 – FACILITAÇÃO DA COOPERAÇÃO

Quanto à AI 2, a região de LVT também foi a mais representativa em termos do número de PA contratados (33%), tal como se observa no quadro seguinte. Esta representatividade acentuou-se no que respeita a despesa pública, pois esta representa 47% da total contratada.

Refira-se que comparativamente a 2012, o número de PA decresce de 23 para 21, fruto da desistência por parte dos promotores relativamente a 2 PA.

**Quadro 9: Área de intervenção 2 - Distribuição regional dos PA contratados a 31-12-2013**

Un.: mil euros

REGIÃO	Total contratado		
	Nº PA	Despesa pública	FEADER
Norte	6	81	61
Centro	5	179	145
LVT	7	337	207
Alentejo	2	109	88
Algarve	1	9	7
Madeira	-	-	-
Açores	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>21</b>	<b>715</b>	<b>508</b>

No que respeita à tipologia dos promotores, verifica-se que 81% do número total de PA contratados se constituem sob a forma de parcerias, sendo que destas, 88% integram parceiros privados, representando as parcerias 64% da despesa pública contratada. Este aspeto é um indicador relevante do sucesso do Programa nesta AI, no que respeita à promoção do trabalho em parceria.

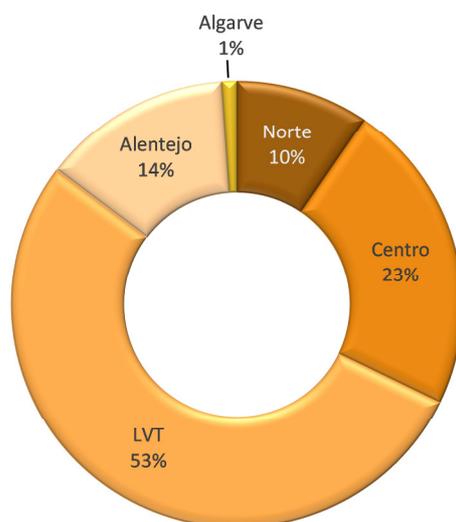
**Quadro 10: Área de intervenção 2 - PA contratados por tipologia do promotor a 31-12-2013**

TIPOLOGIA	Nº PA	Despesa pública	
		Mil euros	%
Isolada	4	258	36%
Parceria privada	13	349	49%
Parceria pública	2	4	1%
Parceria pública / privada	2	104	14%
<b>TOTAL</b>	<b>21</b>	<b>715</b>	<b>100%</b>

Quanto aos pagamentos efetuados aos beneficiários no âmbito da AI 2, estes representam 6% do total pago no PRRN e ascendem a 640 mil euros de despesa pública, o que corresponde a 474 mil euros de FEADER. Este valor representa um acréscimo de 55% (227 mil euros), relativamente ao montante pago até 2012.

A sua repartição regional é a apresentada na figura seguinte, mantendo-se uma maior expressão na região de LVT.

Figura 4: Área de intervenção 2 - Distribuição regional da DP paga a 31-12-2013



Relativamente ao contributo para o Plano de Ação e Planos de Atividades da RRN, os PA incidem sobre as ações e atividades descritas no quadro seguinte.

**Quadro 11: Área de intervenção 2 - PA contratados por ações / atividades a 31-12-2013**

AÇÕES	ATIVIDADES	Nº PA [*]	Desp. pública (mil euros)	% do total
Elaborar manual de boas práticas para a cooperação	Elaborar manual de boas práticas para a cooperação	5	21	3,0%
Formar técnicos e públicos-alvo e providenciar assistência técnica	Apoiar a definição de estratégias, planos de cooperação, parcerias e projetos de cooperação	2	11	1,5%
	Identificar e divulgar boas práticas e projetos inovadores	3	50	7,0%
Formar técnicos e públicos-alvo e providenciar assistência técnica	Promover a organização de ações de formação para os GAL	11	30	4,2%
	Promover a prestação de assistência técnica	3	25	3,6%
Identificar constrangimentos à prática da cooperação	Estabelecer o quadro de necessidades para melhorar os projetos de cooperação	1	5	0,7%
	Identificar os fatores que têm obstado à prática da cooperação	1	5	0,7%
Promover ideias/intenções de cooperação, facilitar comunicação e divulgar boas práticas de cooperação	Facilitar o encontro entre interessados na cooperação	7	191	26,6%
	Promover a divulgação de boas práticas	17	214	29,9%
	Promover o encontro de parceiros	13	163	22,8%
<b>TOTAL</b>		<b>63</b>	<b>715</b>	<b>100%</b>

[\*] Existem repetições porque um PA pode incidir em mais do que uma atividade. Nº PA contratados na AI 2 = 21.

É evidente a manutenção da importância do número de PA que têm como objetivo promover ideias/intenções de cooperação, facilitar a comunicação e divulgar boas práticas de cooperação, representando 79% da despesa pública aprovada. Esta percentagem demonstra a grande preocupação dos agentes em identificar e difundir as melhores práticas, de forma a melhorar o trabalho em articulação entre os vários atores do meio rural.

### 3.4.3 ÁREA DE INTERVENÇÃO 3 – OBSERVAÇÃO DO MUNDO RURAL

Na AI 3 a região de LVT acentua-se como a mais significativa em termos de PA contratados (82%). Este domínio mantém-se em termos de despesa pública, pois esta corresponde a 88% da total contratada.

Refira-se que os PA desta AI têm obrigatoriamente de incluir organismos do MAM ou das secretarias regionais das regiões autónomas que tutelam a área do desenvolvimento rural. Esta condição explica a muito elevada incidência de PA em LVT, uma vez que a sede dos organismos centrais do MAM mais envolvidos na área do desenvolvimento rural se localizam nesta região, sem prejuízo da maioria das atividades apoiadas possuírem uma abrangência de âmbito nacional.

Refira-se que comparativamente a 2012, o número de PA decresce de 34 para 33, fruto da desistência por parte do promotor relativamente a 1 PA.

**Quadro 12: Área de intervenção 3 - Distribuição regional dos PA contratados a 31-12-2013**

Un.: mil euros

REGIÃO	Total contratado		
	Nº PA	Despesa pública	FEADER
Norte	-	-	-
Centro	1	27	14
LVT	27	1.449	1.081
Alentejo	4	127	108
Algarve	-	-	-
Madeira	-	-	-
Açores	1	47	24
<b>TOTAL</b>	<b>33</b>	<b>1.651</b>	<b>1.226</b>

No que respeita à tipologia dos promotores, verifica-se que 91% do número total de PA contratados se constituem sob a forma de parcerias, sendo que destas, 83% integram parceiros privados, representando as parcerias 90% da despesa pública contratada. Este aspeto é um indicador relevante do sucesso do Programa nesta AI, no que respeita à promoção do trabalho em parceria.

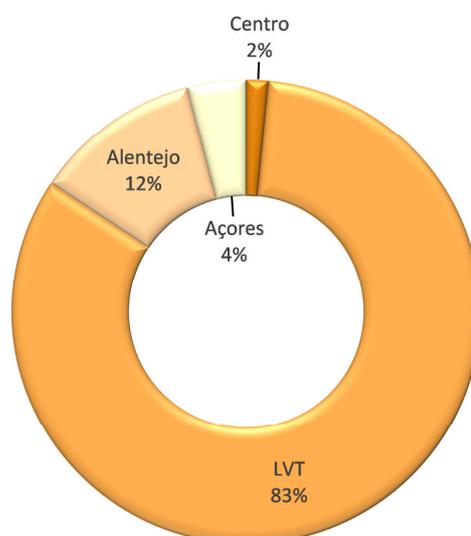
**Quadro 13: Área de intervenção 3 - PA contratados por tipologia do promotor a 31-12-2013**

TIPOLOGIA	Nº PA	Despesa pública	
		Mil euros	%
Isolada	3	158	10%
Parceria privada	-	-	-
Parceria pública	5	214	13%
Parceria pública / privada	25	1.279	77%
<b>TOTAL</b>	<b>33</b>	<b>1.651</b>	<b>100%</b>

Quanto aos pagamentos efetuados aos beneficiários no âmbito da AI 3, estes representam 15% do total pago no PRRN e ascendem a 1.511 mil euros de despesa pública, o que corresponde a 1.191 mil euros de FEADER. Este valor representa um acréscimo de 69% (617 mil euros), relativamente ao montante pago até 2012.

A sua repartição regional é a apresentada na figura seguinte, onde se verifica também um forte domínio da região de LVT.

Figura 5: Área de intervenção 3 - Distribuição regional da DP paga a 31-12-2013



Relativamente ao contributo para o Plano de Ação e Planos de Atividades da RRN, os PA incidem sobre as ações e atividades descritas no quadro seguinte.

**Quadro 14: Área de intervenção 3 - PA contratados por ações / atividades a 31-12-2013**

AÇÕES	ATIVIDADES	Nº PA [*]	Desp. pública (mil euros)	% do total
Avaliação do PRRN	Avaliação do PRRN	1	2	0,1%
Constituir uma base de dados e produzir estudos, relatórios e análises temáticas e territoriais	Elaborar estudos, relatórios e análises temáticas e territoriais	22	462	28,0%
	Promover estudos de caracterização e de avaliação das políticas	18	601	36,4%
Criar grupo temático para aprofundamento metodológico no âmbito do QCAA	Acompanhar a aplicação do QCAA e participar no trabalho da READR	2	25	1,5%
	Criação e funcionamento do grupo temático de avaliação	3	120	7,3%
	Executar o plano de ação do grupo temático de aprofundamento metodológico	2	82	4,9%
Estabelecer e alimentar uma matriz de indicadores para a identificação dos efeitos das políticas sobre o mundo rural	Apoiar a avaliação do PEN e dos PDR	3	76	4,6%
	Divulgar e promover o debate sobre os seus resultados	2	13	0,8%
	Estabelecer matriz de indicadores e respetivas metodologias de construção	2	117	7,1%
Produzir informação necessária para a avaliação do PENDR	Divulgar e promover o debate sobre os seus resultados	2	5	0,3%
	Produzir a informação necessária para a avaliação do PENDR	4	148	8,9%
<b>TOTAL</b>		<b>61</b>	<b>1.651</b>	<b>100%</b>

[\*] Existem repetições porque um PA pode incidir em mais do que uma atividade. Nº PA contratados na AI 3 = 33.

Mantém-se um domínio do número de PA que têm como objetivo constituir uma base de dados e produzir estudos, relatórios e análises temáticas e territoriais relativos à observação do mundo rural e implementação de políticas de desenvolvimento rural, representado mais de 64% da despesa pública aprovada, o que reflete a necessidade sentida de analisar a situação atual de forma a permitir uma melhor preparação do período de programação 2014-2020.

#### 3.4.4 ÁREA DE INTERVENÇÃO 4 – FACILITAÇÃO DO ACESSO À INFORMAÇÃO

A atividade da AI 4 em 2013 desenvolveu-se essencialmente em duas áreas: na execução dos PA já aprovados e na preparação e abertura de um novo período de candidaturas, bem como a respetiva análise dos novos PA submetidos.

Este período de candidaturas revelou-se necessário, dada a subexecução global de 20% verificada nos PA em execução, bem com as desistências por parte dos promotores, de forma a garantir que as verbas do Programa sejam plenamente executadas.

Assim, o número de PA contratados passa dos 12 existentes em 2012 para 19, com um aumento da despesa pública correspondente de 1.449 mil euros para 1.656 mil euros.

Refira-se que no fim de dezembro de 2013 foram ainda aprovados mais 7 PA, com uma despesa pública associada de 269 mil euros, mas cuja contratação apenas veio a ocorrer já em 2014.

Como se observa no quadro seguinte, a região de LVT mantém-se como a mais representativa em termos de número de PA contratados (58%). Esta representatividade acentuou-se de forma muito significativa em termos de despesa pública, pois esta representa 83% da total contratada.

**Quadro 15: Área de intervenção 4 - Distribuição regional dos PA contratados a 31-12-2013**

Un.: mil euros

REGIÃO	Total contratado		
	Nº PA	Despesa pública	FEADER
Norte	3	80	68
Centro	3	111	77
LVT	11	1.369	898
Alentejo	2	96	75
Algarve	-	-	-
Madeira	-	-	-
Açores	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>19</b>	<b>1.656</b>	<b>1.118</b>

No que respeita à tipologia dos promotores, verifica-se que esta corresponde, na sua totalidade, a PA sob a forma de candidaturas isoladas. Refira-se que nas candidaturas de 2013 a esta AI, todos os PA se apresentaram também sob a forma de candidaturas isoladas.

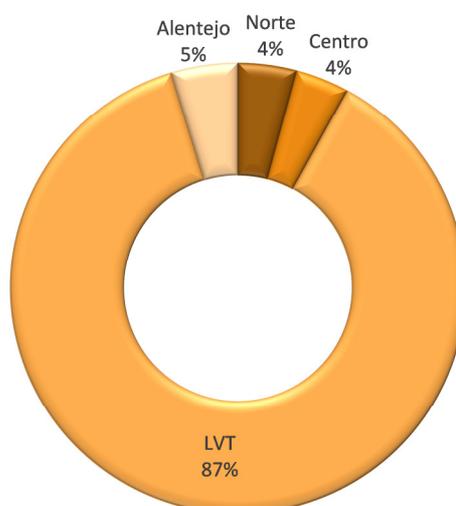
**Quadro 16: Área de intervenção 4 - PA contratados por tipologia do promotor a 31-12-2013**

TIPOLOGIA	Nº PA	Despesa pública	
		Mil euros	%
Isolada	19	1.656	100%
Parceria privada	-	-	-
Parceria pública	-	-	-
Parceria pública / privada	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>19</b>	<b>1.656</b>	<b>100%</b>

Quanto aos pagamentos efetuados aos beneficiários no âmbito desta AI, estes representam 13% do total pago no PRRN e ascendem a 1.317 mil euros de despesa pública, o que corresponde 1.016 mil euros de FEADER. Este valor representa um acréscimo de 11% (130 mil euros), relativamente ao montante pago até 2012.

A sua repartição regional é a apresentada na figura seguinte, onde se verifica também um forte domínio da região de LVT

**Figura 6: Área de intervenção 4 - Distribuição regional da DP paga a 31-12-2013**



Relativamente ao contributo para o Plano de Ação e Planos de Atividades da RRN, os PA incidem sobre as ações e atividades descritas no quadro seguinte.

**Quadro 17: Área de intervenção 4 - PA contratados por ações / atividades a 31-12-2013**

AÇÕES	ATIVIDADES	Nº PA [*]	Desp. pública (mil euros)	% do total
Criar e manter o sítio da Rede Rural e outros meios de comunicação adequados ao seu funcionamento	Criar e atualizar o site RRN	1	99	6,0%
	Criar e manter atualizado um sistema de informação de apoio às atividades da RRN	2	45	2,7%
	Debater temas prioritários no âmbito das áreas de intervenção da RRN	5	115	7,0%
	Divulgar as atividades e os produtos resultantes das iniciativas RRN, RRE e das redes dos EM	2	11	0,7%
	Editar material diverso de informação e divulgação da RRN	4	61	3,7%
	Editar revistas/jornais temáticos	3	94	5,7%
Elab. quadro de prioridades em mat. de inf. e de canais de comunicação	Elaborar um plano de comunicação e informação	3	73	4,4%
Tratar conteúdos e respetiva divulgação	Produção de material áudio visual sobre temas de interesse para o DR	5	176	10,6%
	Tratamento e divulgação de conteúdos temáticos de iniciativas dos membros da RRN	17	981	59,2%
<b>TOTAL</b>		<b>42</b>	<b>1.656</b>	<b>100%</b>

[\*] Existem repetições porque um PA pode incidir em mais do que uma atividade. Nº PA contratados na AI 4 = 19.

Mantém-se um domínio do número de PA que têm como objetivo tratar conteúdos e respetiva divulgação, representado 70% da despesa pública contratada, o que traduz a preocupação dos promotores com a divulgação de conteúdos relevantes, de forma a potenciar o seu impacto positivo na atividade dos agentes que atuam no mundo rural.

### 3.4.5 ÁREA DE INTERVENÇÃO 5 – FUNCIONAMENTO DA ESTRUTURA DO PROGRAMA

Relativamente à AI 5 a atividade centrou-se na execução dos PA já aprovados e contratados, que têm por objetivo assegurar o funcionamento das estruturas públicas associadas à gestão e funcionamento do Programa e da ETA da RRN.

**Quadro 18: Área de intervenção 5 - Distribuição regional dos PA contratados a 31-12-2013**

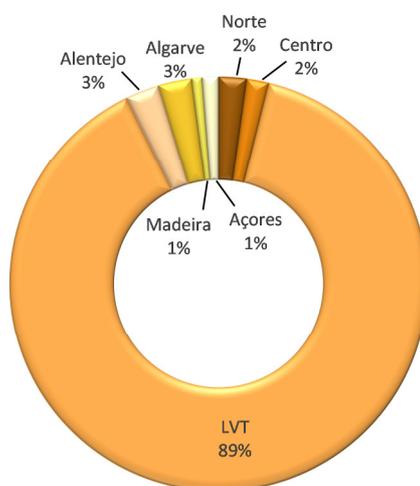
Un.: mil euros

REGIÃO	Total contratado		
	Nº PA	Despesa pública	FEADER
Norte	3	53	43
Centro	3	60	30
LVT	13	2.425	1.361
Alentejo	3	64	34
Algarve	3	79	40
Madeira	3	56	29
Açores	2	31	26
<b>TOTAL</b>	<b>30</b>	<b>2.767</b>	<b>1.563</b>

Quanto aos pagamentos efetuados aos beneficiários no âmbito desta AI, estes representam 20% do total pago no PRRN e ascendem a 1.974 mil euros de despesa pública, a que corresponde 1.343 mil euros de FEADER, representando um acréscimo de 36% (524 mil euros) relativamente ao total pago até ao fim de 2012.

A sua repartição regional é a apresentada na figura seguinte, com destaque para a região de LVT, região onde se situa a sede da AG, da ETA da RRN e do IFAP, I.P.

**Figura 7: Área de intervenção 5 - Distribuição regional da DP paga a 31-12-2013**



### 3.4.6 ÁREAS DE INTERVENÇÃO – INDICADORES DE REALIZAÇÃO / RESULTADO

No que respeita às atividades realizadas no âmbito dos PA que se encontram já concluídos, sendo que estes são a esmagadora maioria dos que têm por objetivo assegurar a execução do Plano de Ação e dos Planos de Atividades da RRN (AI 1 a 4), a sua situação apresenta-se nos quadros seguintes.

**Quadro 19: Área de intervenção 1 - Indicadores de realização a 31-12-2013**

Área de intervenção 1		Área temática								TOTAL
		Competitividade empresarial, inovação, empreendedorismo e gestão	Diversificação da economia rural/turismo rural	Agricultura	Ambiente e ordenamento do território	Qualidade de vida da população rural/equipamentos de apoio social	Implementação e avaliação de políticas	Cooperação	Governança	
Nº PA concluídos	Indicador									
84	Nº de estudos elaborados	59	7	5	26	1	10	20	-	128
	Nº de manuais elaborados	51	4	20	8	-	1	1	6	91
	Nº de atividades de divulgação realizadas	325	41	194	87	2	41	-	2	692
	Nº de ações de formação realizadas	22	1	-	-	-	-	-	-	23
	Nº de formandos	343	18	-	-	-	-	-	-	361

Como se pode observar relativamente à AI 1, a área temática sobre a qual incidiu um maior número de iniciativas foi a da “Competitividade empresarial, inovação, empreendedorismo e gestão”, com destaque para as atividades de divulgação.

Esta realidade evidencia a preocupação dos agentes com questões respeitantes a fatores críticos de sucesso das empresas, particularmente daquelas que desenvolvem atividades no mundo rural.

**Quadro 20: Área de intervenção 2 - Indicadores de realização a 31-12-2013**

Área de intervenção 2		Área temática					TOTAL
		Estratégias de cooperação	Informação sobre apoios à cooperação	Cooperação na valorização territorial	Formação para a cooperação	Identificação de constrangimentos e boas práticas para a cooperação	
Nº PA concluídos	Indicador						
21	Nº de atividades de divulgação/diagnóstico realizadas	4	1	75	-	89	169
	Nº de ações de formação realizadas	-	1	-	6	1	8
	Nº de formandos	-	28	-	108	33	169

No que respeita à AI 2, dirigida aos grupos de ação local, a área temática sobre a qual incidiu um maior número de iniciativas foi a da “Identificação de constrangimentos e boas práticas para a cooperação”, com destaque para as atividades de divulgação/diagnóstico.

A área temática “Cooperação na valorização territorial” foi também objeto de um número significativo de atividades de divulgação/diagnóstico.

As necessidades sentidas pelos promotores, relativamente à melhoria das ferramentas de valorização das potencialidades endógenas dos territórios e das capacidades de cooperação entre os agentes, são evidenciadas na preferência pelas áreas temáticas referidas.

**Quadro 21: Área de intervenção 3 - Indicadores de realização a 31-12-2013**

Área de intervenção 3		Área temática						TOTAL
		Apoio à implementação do quadro de acompanhamento e avaliação dos PDR	Análise de políticas de desenvolvimento rural/articulação com outras políticas com incidência no território	Avaliação de impacto de políticas com incidência no mundo rural em domínios específicos	Elaboração de estudos de evolução das dinâmicas do mundo rural	PAC pós-2013 e articulação das políticas de desenvolvimento rural com outras políticas com incidência no território	Análise de políticas com incidência no mundo rural em domínios específicos	
Nº PA concluídos	Indicador							
32	Nº de estudos elaborados	-	41	26	40	-	-	107
	Nº de atividades de divulgação realizadas	11	34	16	37	5	5	108

Relativamente à AI 3, as áreas temáticas mais representativas foram objeto de um número semelhante de atividades desenvolvidas, sendo estas áreas temáticas a “Análise de políticas de desenvolvimento rural/articulação com outras políticas com incidência no território” e a “Elaboração de estudos de evolução das dinâmicas do mundo rural”.

**Quadro 22: Área de intervenção 4 - Indicadores de realização a 31-12-2013**

Área de intervenção 4		Área temática			
		Programas de desenvolvimento rural	Informação sobre novas tecnologias, novas técnicas que respondam aos problemas dos agentes económicos e da população	Divulgação das boas práticas identificadas, assim como dos produtos resultantes do funcionamento da Rede no âmbito de outras áreas de intervenção	TOTAL
Nº PA concluídos	Indicador				
10	Nº de atividades de divulgação/informação realizadas	5	1	247	253
	Nº de materiais de comunicação produzidos	9	500	109	618

Na AI 4, as atividades incidiram predominantemente sobre as áreas temáticas da “Divulgação das boas práticas identificadas, assim como dos produtos resultantes do funcionamento da rede no âmbito de outras áreas de intervenção” e da “Informação sobre novas tecnologias, novas técnicas que respondam aos problemas dos agentes económicos e da população”, com um domínio ao nível da produção de materiais de comunicação.

Mais uma vez, a preocupação com ferramentas passíveis de melhorar o desempenho das entidades que desenvolvem atividade no mundo rural torna-se evidente pela opção efetuada através da escolha das áreas temáticas referidas.

No que concerne aos indicadores estabelecidos para o Programa, tendo também em atenção os PA já concluídos (170 PA concluídos a 31-12-2013), temos a seguinte situação:

**Quadro 23: Indicadores do PRRN a 31-12-2013**

AI	INDICADORES	Período 2009-2013		
		Uni.	Objetivo	Realizado
1	Temas explorados/ano	nº	6	26
	Ações desenvolvidas/ano	nº	12	143
	Participantes em ações de transferência de experiência e do conhecimento estabelecidas/ano	nº	100	72
2	Sessões de formação realizadas	nº	12	8
	Projetos de cooperação entre territórios efetivados de entre os projetos promovidos pela RR	%	75	57
	Participantes nas sessões de formação realizadas	nº	100	169
3	Estudos/análises produzidas/ano	nº	3	21
	Agentes envolvidos	nº	30	16
4	Prazo para disponibilização do sítio após aprovação do Plano de Ação	meses	3	3
	Prazo para disponibilização do fórum após criação do sítio da RR/ano	meses	3	40
	Periodicidade de distribuição da newsletter	meses	1	1
	Iniciativas de divulgação por ano	nº	12	22
	Novos conteúdos introduzidos no sítio da RR/ano	nº	52	73
	Dias em que o sítio da RR está acessível	%	100	100
	Visitas/mês	nº	-	1.803
	Evolução do número de destinatários da newsletter (aumento mensal)	%	crescente	1,2

Como se constata, apesar do atraso que o Programa teve no seu início, que conduziu mesmo ao incumprimento da regra n+2 em 2010 e 2011, com a conseqüente diminuição do seu envelope financeiro, foi possível cumprir 12 dos 16 indicadores quantificáveis estabelecidos.

## 4 ESTADO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

### 4.1 EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PROGRAMA

Em 2013 o PRN apresentou uma execução financeira de 4.276 mil euros de despesa pública total e 3.597 mil euros de comparticipação FEADER. Esta execução ultrapassou largamente a dotação FEADER programada para o ano (1.692 mil euros), e permitiu alcançar logo no mês de abril a meta necessária para o cumprimento da regra n+2 de 2013 e em novembro a relativa a 2014.

**Quadro 24: Execução financeira do PRN**

Un.: mil euros

Tipos de despesa com a rede rural nacional	Execução 2013		Execução [*] 2008-2013	
	Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER
a) Com o funcionamento da estrutura da rede rural nacional	3.752	3.191	8.007	6.535
b) Com a execução do plano de ação da rede rural nacional	524	406	1.974	1.343
<b>TOTAL</b>	<b>4.276</b>	<b>3.597</b>	<b>9.981</b>	<b>7.878</b>

[\*] Despesa declarada à COM - não inclui adiantamentos.

**Quadro 25: Cumprimento da regra n+2**

Un.: mil euros

Programação Financeira 2008-2011	Pré-financiamento (7% Fundo 2008-2013)	PPI Solicitados	Cumprimento da Regra N+2
1	2	3	4=2+3/1
5.948	825	7.878	146%

Em termos acumulados, a execução atingiu os 84% da dotação de Fundo programada para o período 2008-2013, correspondendo a um aumento de 39% da taxa de execução face ao ano anterior. Este resultado evidencia mais uma vez o enorme esforço feito pela AG e pelos beneficiários do Programa, e corresponde ao apelo efetuado em 2012 para incrementar e acelerar a execução do PRRN.

**Quadro 26: Indicadores de monitorização 2008-2013 (por Áreas de Intervenção)**

ÁREAS DE INTERVENÇÃO		Programação financeira 2008-2013 [1]		Compromissos assumidos		Contratos			Pagamentos aos beneficiários [2]		INDICADORES								
		Despesa pública	FEADER	Nº	Despesa pública	FEADER	Nº	Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER	Taxa de compromissos 2008-2013 (%)		Taxa de contratação (%)		Taxa de execução 2008-2013 (%)		Taxa de realização (%)	
												Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER
Cód.	Designação	mil euros		mil euros		mil euros		mil euros		11=4/1	12=5/2	13=7/1	14=8/2	15=9/1	16=10/2	17=9/7	18=10/8		
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18		
<b>EXECUÇÃO DO PLANO DE AÇÃO DA RRN</b>		<b>9.054</b>	<b>7.397</b>	<b>166</b>	<b>9.219</b>	<b>6.999</b>	<b>159</b>	<b>8.951</b>	<b>6.865</b>	<b>8.007</b>	<b>6.535</b>	<b>102%</b>	<b>95%</b>	<b>99%</b>	<b>93%</b>	<b>88%</b>	<b>88%</b>	<b>89%</b>	<b>95%</b>
AI1	Capitalização da experiência e do conhecimento	4.072	3.461	86	4.929	4.012	86	4.929	4.012	4.539	3.854	121%	116%	121%	116%	111%	111%	92%	96%
AI2	Facilitação da cooperação	1.058	828	21	715	508	21	715	508	640	474	68%	61%	68%	61%	60%	57%	89%	93%
AI3	Observação do mundo rural e da implementação das políticas de desenvolvimento rural	2.457	1.980	33	1.651	1.226	33	1.651	1.226	1.511	1.191	67%	62%	67%	62%	61%	60%	92%	97%
AI4	Facilitação do acesso à informação	1.466	1.128	26	1.925	1.252	19	1.656	1.118	1.317	1.016	131%	111%	113%	99%	90%	90%	80%	91%
<b>FUNCIONAMENTO DA ESTRUTURA DA REDE RURAL</b>		<b>2.676</b>	<b>1.938</b>	<b>30</b>	<b>2.767</b>	<b>1.563</b>	<b>30</b>	<b>2.767</b>	<b>1.563</b>	<b>1.974</b>	<b>1.343</b>	<b>103%</b>	<b>81%</b>	<b>103%</b>	<b>81%</b>	<b>74%</b>	<b>69%</b>	<b>71%</b>	<b>86%</b>
AI5	Funcionamento da rede rural	2.676	1.938	30	2.767	1.563	30	2.767	1.563	1.974	1.343	103%	81%	103%	81%	74%	69%	71%	86%
<b>TOTAL</b>		<b>11.730</b>	<b>9.336</b>	<b>196</b>	<b>11.987</b>	<b>8.562</b>	<b>189</b>	<b>11.718</b>	<b>8.428</b>	<b>9.981</b>	<b>7.878</b>	<b>102%</b>	<b>92%</b>	<b>100%</b>	<b>90%</b>	<b>85%</b>	<b>84%</b>	<b>85%</b>	<b>93%</b>

[1] Nova programação - C(2012) 2063 de 27-03-2012.

[2] Na coluna dos pagamentos aos beneficiários foram retirados os adiantamentos dado que estes não contribuem para a certificação de despesas à Comissão Europeia.

## 4.2 FLUXOS FINANCEIROS COM A COMISSÃO EUROPEIA

**Quadro 27: Fluxos financeiros com a COM**

Un.: euros

Pré-financiamento (7% Fundo 2008- 2013)	PPI Solicitados	PPI Reembolsados	Pagamentos da COM realizados	Pagamentos da COM por satisfazer
1	2	3	4=1+3	5=2-3
825.158	7.878.592	6.785.405	7.610.563	1.093.187

**Quadro 28: Pedidos de pagamento intermédios e reembolsos da COM**

Un.: euros

Pedidos de Pagamento Intermédios (PPI)		Data	Montante	Reembolsos da COM	Data	Montante
1º/2010	3º trimestre	10-11-2010	70.534	1º/2010	14-12-2010	70.534
2º/2010	4º trimestre	31-01-2011	372.552	2º/2010	24-02-2011	372.552
3º/2011	1º trimestre	15-04-2011	36.647	3º/2011	31-05-2011	36.647
4º/2011	2º trimestre	25-07-2011	63.551	4º/2011	01-09-2011	63.551
5º/2011	3º trimestre	04-11-2011	9.715	5º/2011	13-12-2011	9.715
6º/2011	4º trimestre	30-01-2012	353.804	6º/2011	07-03-2012	353.804
7º/2012	1º trimestre <i>Acerto Conta Anual 2011</i>	30-04-2012	190.326 0,19	7º/2012	30-05-2012	190.326
8º/2012	2º trimestre	31-07-2012	969.319	8º/2012	31-08-2012	969.319
9º/2012	3º trimestre	09-11-2012	587.227	9º/2012	03-12-2012	587.227
10º/2012	4º trimestre	31-01-2013	1.627.343	10º/2012	12-03-2013	1.627.343
11º/2013	1º trimestre <i>Acerto Conta Anual 2012</i>	24-04-2013	581.920 0,22	11º/2013	25-06-2013	581.921
12º/2013	2º trimestre	29-07-2013	870.115	12º/2013	22-08-2013	870.115
13º/2013	3º trimestre	08-11-2013	1.052.353	13º/2013	02-12-2013	1.052.353
14º/2013	4º trimestre	31-01-2014	1.093.188	14º/2013		
<b>TOTAL</b>			<b>7.878.592</b>	<b>TOTAL</b>		<b>6.785.405</b>

1º trimestre: engloba despesas de 1 Jan. a 31 Mar.

2º trimestre: engloba despesas de 1 Abr. a 30 Jun.

3º trimestre: engloba despesas de 1 Jul. a 15 Out.

4º trimestre: engloba despesas de 16 Out. a 31 Dez.

## 5 MEDIDAS ADOTADAS PELA AUTORIDADE DE GESTÃO E PELO COMITÉ DE ACOMPANHAMENTO

### 5.1 MEDIDAS DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

#### 5.1.1 ACOMPANHAMENTO

As ações de acompanhamento do Programa, para além do acompanhamento efetuado pelo OP no âmbito das suas competências, centraram-se essencialmente a três níveis:

- ❖ Acompanhamento e monitorização da execução do Programa;
- ❖ Acompanhamento e monitorização da execução das candidaturas e taxa de compromissos do Programa;
- ❖ Acompanhamento desenvolvido no âmbito da análise e validação dos pedidos de pagamento.

Em 2013 manteve-se a necessidade de acompanhar a evolução da taxa de execução do Programa, nomeadamente no que respeitou ao cumprimento da regra n+2, objetivo que foi atingido logo em abril.

No âmbito do acompanhamento da execução das candidaturas, foi efetuada uma monitorização estreita dessa mesma execução, em contacto permanente com os promotores, nomeadamente através da designada “Operação Limpeza”.

Deste modo foi possível acompanhar e avaliar a evolução da taxa de compromissos do Programa, o que veio a permitir uma tomada de decisão atempada no que respeitou à identificação da necessidade de celebração de novos compromissos, de forma a ser garantida uma plena utilização dos apoios públicos disponíveis no fim do período de execução do Programa.

Relativamente ao terceiro nível do acompanhamento referido, este continuou a ser efetuado pelas DRAP, AG, IFAP, DRADR da região autónoma dos Açores e SRARN da região autónoma da Madeira.

#### 5.1.2 AVALIAÇÃO

A AG do PRRN manteve o seu esforço no sentido de promover e melhorar a implementação do Programa, procurando também dar resposta à recomendação da Comissão Europeia, no sentido de ser

obtida uma maior articulação entre os diferentes atores envolvidos nas atividades da rede e nos outros programas de desenvolvimento rural (PDR), o que, sem prejuízo do que tinha sido já alcançado, foi reforçado através das novas candidaturas aprovadas em 2013 no âmbito da AI 4.

Sem prejuízo do acima referido, entende-se que existe uma ligação e articulação adequada, que foi reforçada através das novas candidaturas aprovadas em 2013, entre os agentes de desenvolvimento rural que são beneficiários do PRRN e do ProDeR. Esta ligação / articulação é garantida através de:

- ❖ PA apoiados pelo PRRN, que têm por objetivo avaliar políticas de desenvolvimento rural;
- ❖ PA apoiados pelo PRRN que têm por objetivo a melhoria de atividades passíveis de apoio através de outros PDR;
- ❖ Dos novos PA aprovados no concurso da AI 4 de 2013, a maioria tem por objeto analisar resultados práticos dos apoios concedidos pelo ProDeR e/ou analisar os efeitos potenciais e alterações existentes ao nível dos novos apoios para o desenvolvimento rural para o período 2014-2020;
- ❖ Entidades que são simultaneamente beneficiárias do PRRN e do ProDeR;
- ❖ Atividades de divulgação apoiadas pelo PRRN, que abrangem temas apoiados por outros PDR.

Uma vez que durante 2013 foi concluída a execução da grande maioria dos PA aprovados, houve também uma particular atenção da AG nos resultados obtidos, nomeadamente através de um acompanhamento da evolução dos seus indicadores de realização.

## 5.2 SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Na sequência da transição da Gestão do PRRN para a competência da AG do ProDeR que ocorreu em fevereiro de 2012, durante o ano de 2013 o SIProDeR continuou a dar todo o apoio necessário à gestão deste Programa.

Em 2013 ocorreu a abertura de um novo período de candidaturas à AI 4. Sendo este o primeiro aviso aberto sob a supervisão da nova gestão, foi necessário preparar todos os suportes informáticos necessários à sua operacionalização, a saber:

- ❖ Desenvolvimento de formulário em Excel para submissão de candidaturas;
- ❖ Desenvolvimento do Balcão de Beneficiário do PRRN com as seguintes funcionalidades:
  - Download de formulário e de manual de candidatura;
  - Submissão de candidatura previamente elaborada e gravada no respetivo formulário;
  - Emissão e envio por correio eletrónico do recibo da candidatura;
  - Consulta do estado da candidatura submetida;
  - Possibilidade de se proceder à desistência de uma candidatura submetida;
  - Upload dos documentos de suporte à candidatura,
- ❖ Desenvolvimento de back office, para gestão das candidaturas submetidas, com as seguintes funcionalidades:
  - Listagem das candidaturas entradas;
  - Acesso ao formulário de candidatura;
  - Consulta do detalhe da candidatura e respetivos documentos de suporte;
  - Aceitação de candidaturas entradas sem dotação e respetiva notificação automática por correio eletrónico dos promotores,
- ❖ Colaboração na elaboração do manual de submissão de candidaturas.

No âmbito das atividades correntes e do apoio prestado, importa ainda referir:

- ❖ Manutenção da listagem de acompanhamento da evolução dos projetos;

- ❖ Inclusão dos projetos aprovados no âmbito do novo período de candidaturas à AI 4 na listagem de acompanhamento;
- ❖ Manutenção do portal de divulgação do PRRN que se encontra disponível no endereço: <http://prrn.ProDeR.pt>.

O SIIFAP manteve-se como o sistema de base de suporte à análise, decisão, contratação e pagamentos relativos aos PA, não tendo existido alterações face a 2012.

### 5.3 SISTEMAS DE CONTROLO

#### SISTEMAS DE CONTROLO (apresentação dos resultados de controlo do ano de 2012)

Em termos da atividade de controlo regulamentar, foram realizados os trabalhos de Certificação de Contas do OP-IFAP, no âmbito do Regulamento nº 885/2006 da Comissão de 21 de Junho, pela autoridade competente e de auditoria, a Inspeção-Geral de Finanças (IGF). Na sequência do plano anual de controlos, foram realizados os controlos de natureza física específicos do FEADER, previstos no Regulamento (CE) nº 65/2011, nomeadamente, os controlos *in loco* (artigo 26º) realizados pelo IFAP.

Ainda de acordo com o mesmo regulamento (artigo 29º), o controlo ex post é da responsabilidade da IGAMAOT, pese embora não tenha sido realizado, pelo facto da operação selecionada não ter investimentos na aceção da Comissão Europeia.

#### AUDITORIAS

Quanto a auditorias ad hoc, não foram realizadas auditorias a este Programa em 2013.

#### SISTEMA DE CONTROLO DE QUALIDADE

Foram aplicados os procedimentos de controlo prévios à contratação, previstos na Norma 11/TR/2010 - Controlo de Qualidade. Foram selecionados para controlo os PA que obtiveram parecer favorável na análise, antes da sua submissão para decisão da Gestora do ProDeR e do PRRN (anúncio nº 1/AI4/2013), por forma a verificar a correta e a uniforme aplicação das normas de procedimentos, assim como da sua conformidade face ao regulamento de aplicação.

Neste procedimento de controlo, foi abrangida a AI 4, “Facilitação do acesso à informação tendo em vista disponibilizar informação relevante para os agentes envolvidos no desenvolvimento do mundo rural”, enquadrada na alínea d) do Art.º 2º da Portaria nº 501/2010, de 16 de julho, que aprova o Regulamento de Aplicação.

Durante o período em análise, foram apresentados para decisão, 14 PA, dos quais foram verificados em sede de controlo de qualidade 2, resultando uma taxa de controlo de 14,3%. A seleção dos PA para amostra incidu sobre aqueles que apresentaram o valor da despesa total mais elevado.

Relativamente aos PA selecionados, foi efetuada uma revisão geral da informação contida no respetivo dossier físico, nomeadamente, o formulário apresentado, o modelo de análise (elegibilidade do beneficiário e da operação), o apuramento da valia da operação e da elegibilidade e razoabilidade das despesas e avaliação da documentação que suporta a informação contida no formulário (controlo cruzado e controlo documental). Foi considerado que foram bem aplicados os procedimentos de análise e requisitos de elegibilidade, para o universo dos PA considerados.

#### 5.4 PROBLEMAS MAIS IMPORTANTES VERIFICADOS NA GESTÃO DO PROGRAMA

Em 2013, as principais dificuldades sentidas na gestão do PRRN centraram-se essencialmente a três níveis:

- ❖ Manutenção da evolução positiva da taxa de execução do Programa, de forma a não voltar a incorrer no risco de incumprimento da regra n+2;
- ❖ Garantia de que as candidaturas em execução fossem concluídas dentro dos prazos estabelecidos, minimizando o risco de uma eventual libertação de verbas por parte destas não ser conhecida em tempo útil;
- ❖ Monitorização do nível de subexecução das candidaturas concluídas e da taxa de compromissos do Programa, de forma a permitir, em tempo útil, a tomada de decisão relativa a uma eventual necessidade de aprovação de novas candidaturas, garantindo assim uma plena utilização dos apoios públicos disponíveis até ao fim do período de execução do Programa.

Estas dificuldades decorreram de vários fatores, dos quais se destacam:

- ❖ Manutenção das dificuldades sentidas pelas entidades públicas, face à atual conjuntura de forte restrição financeira de, atempadamente, dar a devida sequência aos procedimentos necessários para efetuar as aquisições de bens e serviços previstos em sede de candidaturas;
- ❖ Manutenção das dificuldades de tesouraria por parte das entidades privadas, com reflexos negativos na sua capacidade de execução;
- ❖ Concentração em 2013 do fim do prazo previsto para o encerramento da maioria das candidaturas em execução, o que acarretou uma maior necessidade de concentração por parte dos promotores na execução das mesmas.

No sentido de procurar ultrapassar essas dificuldades foram adotadas várias medidas, das quais se destacam:

- ❖ Disponibilização regular nos *sites* do PRRN e do ProDeR de informação relativa à evolução da execução do Programa;
- ❖ Transmissão, via correio eletrónico e contacto telefónico, de vários alertas a todos os promotores no sentido de chamar a atenção para a necessidade da execução atempada das candidaturas;
- ❖ No âmbito da “Operação Limpeza”, que foi estendida ao PRRN, monitorização, caso a caso, da execução das candidaturas no sentido de procurar garantir que estas fossem executadas dentro dos prazos estabelecidos.

#### 5.4.1 MONITORIZAÇÃO DOS PROJETOS APROVADOS – “OPERAÇÃO LIMPEZA”

O processo de monitorização da execução dos projetos aprovados, designado de “Operação Limpeza” e em curso desde início de 2011 no ProDeR, foi em 2013 estendido ao PRRN, ano em que se verificava a conclusão da maioria dos projetos aprovados, cuja execução e respetivos prazos de conclusão era indispensável que fossem monitorizados com rigor e de forma permanente, atendendo ao elevado nível de *overbooking* em que o Programa se encontrava e à aproximação do seu término de execução.

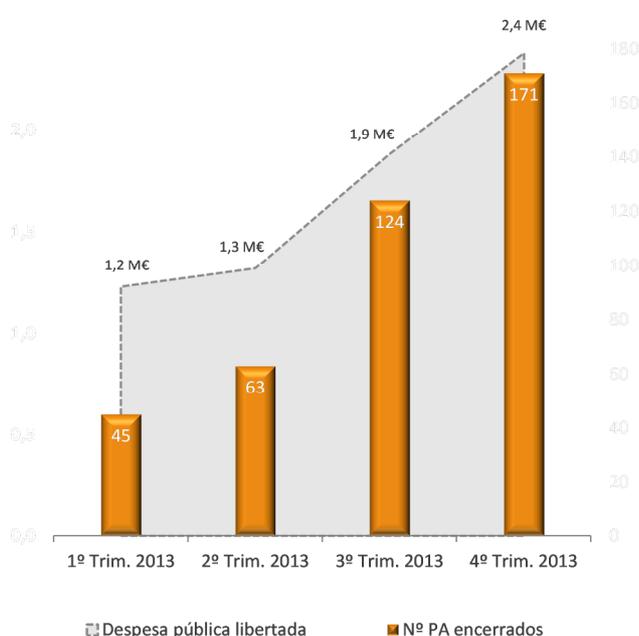
Este trabalho de monitorização arrancou logo nos primeiros dias de janeiro, altura em que todos os beneficiários que estavam a seis meses da data de conclusão aprovada para os seus projetos foram

avisados da necessidade de cumprimento da mesma, tendo sido também concedidas prorrogações à maioria daqueles que já tinham ultrapassado essa data ou estavam com dificuldades para concluírem a realização dos seus projetos.

Atendendo às dificuldades sentidas pelos beneficiários, em virtude do grande período que decorreu entre a apresentação de candidaturas e a sua efetiva aprovação, houve alguma flexibilidade da parte da gestão na concessão das prorrogações do prazo de execução dos projetos, mas sempre rigorosamente ponderada pela real capacidade de execução demonstrada pelos executores. Para tal, foi essencial a colaboração de todos os beneficiários do Programa que corresponderam ao apelo da gestão, no sentido de executarem com a máxima celeridade os seus projetos e libertarem as verbas que efetivamente não tinham condições para executar ou que executaram por montantes inferiores aos previstos em sede de candidatura.

O trabalho desenvolvido permitiu ainda dispor de um nível de detalhe sobre a execução prevista dos projetos que possibilitou elaborar, previamente à conclusão dos mesmos, um quadro previsional de libertação de verbas, cujo grau de confiança permitiu, com antecedência, assegurar a acomodação do *overbooking* do Programa e prever disponibilidades de financiamento para a aprovação de novas candidaturas na AI 4, no terceiro quadrimestre de 2013. Foi, assim, possível preparar e apresentar esse quadro previsional aos membros do CA do Programa, na reunião anual realizada no início de junho, os quais se pronunciaram favoravelmente sobre o mesmo.

**Figura 8: “Operação Limpeza” - Projetos encerrados**



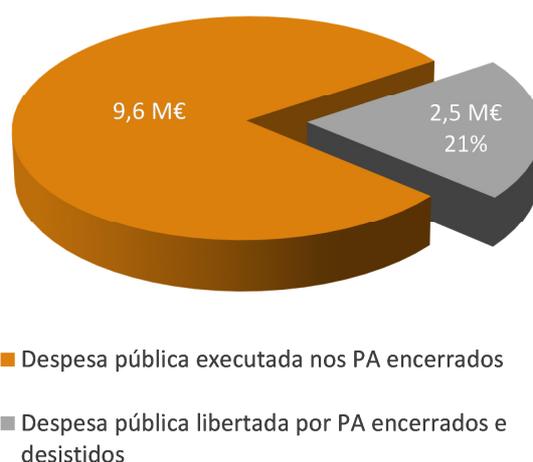
Os primeiros resultados decorrentes do encerramento de projetos surgiram logo no final do primeiro trimestre do ano, quando se encontravam já concluídos 45, que libertaram cerca de 1.260 mil euros de despesa pública. No entanto, o maior número de encerramentos ocorreu no terceiro trimestre do ano, dado que no final de junho foi concluído um grande número de projetos.

Assim, e só nesse terceiro trimestre, foram encerrados praticamente o mesmo número de projetos que no primeiro semestre do ano, apesar da taxa de subexecução dos concluídos no final de junho ter sido inferior à registada nos restantes projetos já encerrados.

Esta situação prende-se com o facto da maioria dos que foram encerrados no terceiro trimestre do ano serem promovidos por entidades privadas, as quais executaram os seus projetos por montantes mais próximos dos aprovados, pelo que a taxa de subexecução média desses projetos foi apenas de 9%, quando nos de entidades públicas foi, em média, quatro vezes e meia superior (41%).

No final de 2013, e com exceção de alguns projetos de Assistência Técnica, estavam concluídos praticamente todos os PA aprovados até 2011 e tinham sido libertadas verbas num total de 2.420 mil euros, a que acrescentaram cerca de 120 mil euros referentes a 6 projetos que, apesar de terem sido aprovados não foram executados pelos seus beneficiários.

Figura 9: “Operação Limpeza” - Despesa pública libertada no ano



Desta forma, no final de 2013 a taxa global de subexecução do Programa era de 21%, o que permitiu dar total cobertura ao elevado *overbooking* do Programa, que era de 18% quando, em fevereiro de 2012, a

gestão do PRRN passou para a atual AG, e ainda disponibilizar a verba necessária para a abertura do novo concurso à AI 4, correspondendo às expectativas de alguns beneficiários desta Área que em 2011 tinham apresentado candidaturas que não puderam ser analisadas, devido ao cancelamento do concurso originado pela situação de insustentabilidade financeira em que o Programa se encontrava à data.

A carteira dos novos projetos aprovados na AI 4 e os projetos de Assistência Técnica ainda em execução justificam, apesar do seu reduzido número, a continuidade, em 2014, do trabalho de monitorização desenvolvido no âmbito da “Operação Limpeza”, o qual continuará a ser fundamental para assegurar, em tempo útil, a integral utilização dos recursos financeiros que estão consignados ao Programa.

## 5.5 EXAME ANUAL DO PROGRAMA

A reunião do exame anual do PRRN realizou-se em 20 de novembro de 2013, em Bruxelas, e contou com a participação da AG, do OP-IFAP, do GPP e de vários representantes da Comissão Europeia - DG AGRI.

No âmbito deste exame anual a AG apresentou à Comissão Europeia um ponto de situação, reportado à data, do estado de execução do Programa, tendo dado evidência da evolução dos seus principais indicadores de realização financeira desde o último exame anual, realizado em dezembro de 2012.

Neste período, a taxa de execução do Programa registou um aumento na ordem dos 39 pontos percentuais, desempenho que foi felicitado pelos representantes da Comissão Europeia e que reflete não só o trabalho desenvolvido pela gestão, mas também e sobretudo o esforço de execução que os beneficiários imprimiram nos seus projetos, correspondendo em força ao apelo da gestão, no sentido de executarem os seus investimentos com a celeridade exigida.

Foi ainda apresentado, com detalhe, o nível de execução de cada uma das áreas de intervenção do Programa, bem como os resultados da designada “Operação Limpeza”, que contribuíram fortemente para conduzir os beneficiários ao encerramento dos seus projetos dentro dos prazos aprovados. Por sua vez, os montantes libertados por estes projetos, resultantes da subexecução dos mesmos, permitiram eliminar o elevado *overbooking* do Programa e disponibilizar a verba necessária para a abertura, em setembro, de um novo concurso à AI 4, uma vez que esta Área teve um concurso em 2011 ao qual não foi possível dar sequência devido à situação de estrangulamento financeiro do Programa. A abertura de candidaturas à AI 4 veio permitir a aprovação de 17 novas candidaturas, das quais 14 foram aprovadas em 2013, num montante de cerca de 740 mil euros.

Foram ainda abordadas as principais dificuldades de execução, que se prenderam sobretudo com o desempenho dos beneficiários públicos do Programa responsáveis por grande parte dos projetos aprovados, as quais decorrem principalmente das restrições impostas pela Lei dos compromissos e que originaram, em sede de encerramento dos projetos, uma subexecução muito superior à dos beneficiários privados, de 41% para 9%.

Foi ainda salientado o facto de o nível de execução alcançado pelo Programa em 2013 ter permitido um duplo cumprimento da regra n+2, i.e. em 2013 foi cumprida não só a regra n+2 de 2013, como também e antecipadamente a de 2014.

A Comissão Europeia considerou que as autoridades nacionais responderam de forma esclarecedora às matérias abordadas no exame anual, pelo que, na sequência deste encontro, não identificou a necessidade de apresentar quaisquer observações nos termos do nº 2, do artigo 83º do Regulamento (CE) nº 1698/2005.

## 5.6 REUNIÃO DO COMITÉ DE ACOMPANHAMENTO

A reunião anual do CA do Programa foi realizada em 5 de junho de 2013.

Neste fórum, que visa assegurar a eficácia e a qualidade de execução do Programa, foram abordados e discutidos os seguintes assuntos:

- ❖ Ponto de situação do PRRN, incluindo uma análise da sua evolução desde fevereiro de 2012, data de entrada em funções da atual AG e perspetivas futuras:
  - O desafio de execução e o cumprimento da regra n+2: foi efetuada uma análise da evolução da execução do Programa, através de exposição apoiada em dados reportados a 17 de maio de 2013, projetados em powerpoint, que mostrou ter sido consolidada a inversão da trajetória decrescente da execução do Programa a partir de junho de 2012; no final desse ano tinham sido executados 3.892 mil euros de despesa pública, mais do dobro do total executado nos anos anteriores. A aceleração do ritmo de execução operado no segundo semestre de 2012 permitiu que fosse cumprida a regra n+2 em novembro de 2012, o que se deveu sobretudo aos membros do CA que, no seu papel de beneficiários do Programa, executaram os seus projetos e apresentaram despesa a um ritmo que permitiu esse cumprimento e ainda ultrapassar o limiar do mesmo, em mais 900 mil euros, o que colocou o Programa numa posição confortável para o

cumprimento da regra n+2 em 2013. O CA foi informado que em abril de 2013 já tinha sido cumprida a referida regra, o que foi considerado pelos membros deste fórum um excelente resultado, que permitiu retirar o Programa de uma trajetória de desperdício de verbas e colocá-lo num caminho de execução consolidada, que possibilita encarar o ano de 2014 com toda a tranquilidade.

- Evolução do *overbooking* do Programa: foi apresentada a evolução da taxa de *overbooking*, que à data do CA era já de 7%, menos 11 pontos percentuais do que o valor registado em fevereiro de 2012. Este decréscimo decorreu do encerramento de projetos - à data do CA estavam concluídos 61 projetos - cuja execução ficou aquém dos montantes aprovados, tendo esses projetos libertado 1.380 mil euros de despesa pública, o que correspondia a uma taxa média de subexecução de 26%. Esta taxa era, no entanto, muito superior, na ordem dos 46%, quando aferida apenas no conjunto dos projetos de entidades públicas e muito inferior no outro conjunto de projetos concluídos, os das entidades privadas, cuja taxa de subexecução era de cerca de 4%. Tendo por base os resultados apurados, a gestão pôde apresentar aos membros do CA uma projeção de libertação de verbas relativa à subexecução prevista com a conclusão dos projetos ainda em curso, que na sua maioria tinham data de conclusão prevista para final de junho. Essa projeção foi sustentada também pelo resultado do trabalho efetuado no âmbito da designada “Operação Limpeza”, em curso no ProDeR e que a gestão estendeu ao PRRN no início de 2013, permitindo efetuar desta forma uma monitorização rigorosa da execução e conclusão dos projetos dentro dos prazos aprovados, apesar de terem sido concedidas prorrogações aos beneficiários dentro de limites razoáveis, atendendo ao percurso conturbado que teve o PRRN, nomeadamente o grande período de tempo que decorreu entre a apresentação das candidaturas e a sua efetiva aprovação, o que criou dificuldades acrescidas aos beneficiários.
- Dado que as previsões de libertação de verbas apontavam para a possibilidade de, para além de ser coberto o *overbooking* do Programa, ficar ainda alguma verba disponível para aprovação de novas candidaturas, foram desde logo ouvidos os membros do CA sobre a alocação dessas verbas à AI 4, uma vez que essa Área teve um concurso em 2011 ao qual não foi possível dar sequência, dado o estrangulamento financeiro do Programa decorrente do incumprimento da regra n+2 em 2010 e 2011 e o esmagador montante financeiro associado às candidaturas apresentadas. A opção mereceu o acordo dos membros do CA, bem como a intenção da gestão de restringir essa verba, cujo montante não era previsível que fosse muito elevado, a projetos promovidos por promotores privados, dado as dificuldades que as entidades públicas

enfrentam atualmente na execução dos seus projetos, decorrentes dos constrangimentos orçamentais e da Lei dos compromissos, não sendo por isso expectável que estes venham a diminuir mas sim que possam até aumentar. Esta intenção foi reforçada pelo facto do período disponível para a execução das candidaturas que viessem a ser aprovadas ser apenas o ano de 2014.

- ❖ Aprovação do Relatório de Execução de 2012: o relatório foi distribuído numa versão preliminar a todos os membros do CA para recolher os seus contributos, os quais foram introduzidos na versão apresentada, a qual foi aprovada e enviada à Comissão Europeia em 17 de junho de 2013, cumprindo o prazo regulamentar estabelecido para o efeito, e foi formalmente aceite pelos serviços da Comissão em 26 de julho de 2013.
- ❖ Informação sucinta sobre as matérias abordadas no Exame Anual, realizado em dezembro de 2012, o primeiro em que a *performance* de execução do Programa justificou que, também pela primeira vez, os serviços da Comissão Europeia não tenham identificado a necessidade de solicitarem esclarecimentos adicionais às autoridades nacionais, razão pela qual, na sequência deste Exame, não foi apresentada uma carta de observações às autoridades nacionais, conforme previsto regulamentarmente.

## 5.7 MEDIDAS TOMADAS PARA GARANTIR QUE O PROGRAMA É OBJETO DE PUBLICIDADE

Em 2013 deu-se continuidade à Estratégia de Comunicação adotada no ano anterior, i.e., o estabelecimento de uma interligação entre o ProDeR e o PRRN em todas as multiplataformas comunicacionais utilizadas, prática que se tem revelado amplificadora das mensagens que cada um dos Programas comporta e um meio muito eficaz de transmissão da informação.

Neste ponto dá-se conta das principais ações de comunicação e informação desenvolvidas no ano de 2013, para além das que foram desenvolvidas pela ETA da RRN, indicadas no seu Relatório de Atividades em anexo.

### 5.7.1 SITE DO PRRN

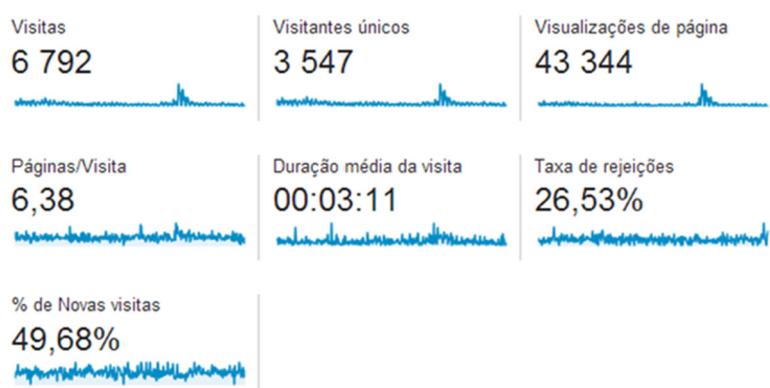
A rapidez, a facilidade e o baixo custo de acesso à informação proporcionados pela internet, bem como a possibilidade de disponibilizar imediatamente consideráveis volumes de informação, fizeram do *site* do PRRN um meio privilegiado de divulgação e informação sobre o Programa.

Em linha com a orientação geral de utilizar as plataformas de comunicação ProDeR para propagar de modo eficaz e eficiente a mensagem do PRRN, os principais conteúdos do Programa publicados no novo *site* são também colocados *online* no portal do ProDeR.

Através da ferramenta de monitorização do Google Analytics®, foi possível apurar qual a *performance* do *site* do PRRN em tempo real.

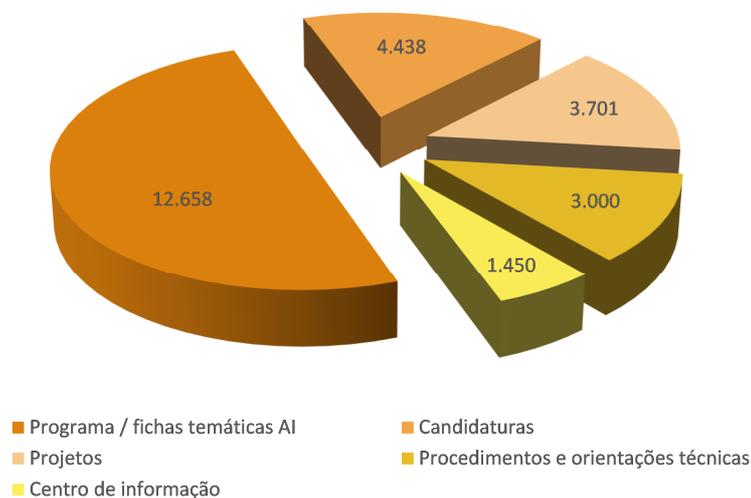
Assim, substancialmente mais relevante, em termos de navegabilidade e usabilidade dos portais do que o número de visitas registadas, são os resultados que o *site* obteve ao nível da permanência dessa estada (quantas páginas foram visitadas e qual a sua duração) conforme apresentado na figura seguinte que demonstra que em média cada visita tem uma duração média 3:11 minutos e são consultadas 6,38 páginas.

Quadro 29: Publicidade - Indicadores *site* em 2013



Comparativamente à informação reportada em 2012, o número de visitantes do *site* PRRN quase que duplicou ao longo de 2013 e aumentou a percentagem de novos visitantes, cifrando-se atualmente nos 50%, diminuindo ligeiramente a de utilizadores que recorreram ao *site* do PRRN mais do que uma vez para obter informação ou, simplesmente, para consultar novidades.

Figura 10: Publicidade - Conteúdos mais visitados no *site* em 2013



### 5.7.2 CONTACT CENTER

O *Contact Center* é a plataforma de comunicação por excelência com o público-alvo do PRRN. De uma forma direta, célere e eficaz, os seus beneficiários, efetivos ou potenciais, têm disponível uma plataforma para exposição de dúvidas, apresentação de sugestões ou resolução de problemas diversos.

#### ENDEREÇO DE CORREIO ELETRÓNICO – [PRODER@GPP.PT](mailto:PRODER@GPP.PT)

Durante o ano de 2013, o pico da correspondência eletrónica registou-se nos meses de maio e setembro. Esta ocorrência em maio poderá encontrar explicação no envio das notificações no âmbito da “Operação Limpeza” para o PRRN, que arrancou logo no início de janeiro de 2013 e teve um segundo momento de emissão de alertas em 26 de abril.

Quanto ao pico ocorrido em setembro, este corresponde à abertura no dia 24 de um novo período de candidaturas à AI 4 e às dúvidas decorrentes dessa situação.

O tempo médio de resposta aos *e-mails* recebidos continua a ser de 4 dias, ou seja, mantém-se inferior ao prazo limite de resposta estabelecido inicialmente pela AG de 7 dias.

**Quadro 30: Publicidade - Indicadores correio eletrónico em 2013**

Indicadores "Endereço Eletrónico"	2013
Nº total de e-mails recebidos	785
Nº total de esclarecimentos prestados	263
Tempo médio de resposta	4 dias

### TELEFONE – LINHA VERDE

A linha telefónica de atendimento funciona entre as 9h00 e as 19h00, todos os dias úteis da semana.

Este indicador regista um comportamento semelhante ao assinalado na receção de *e-mails* - setembro constituiu o mês com maior atividade no PRN, devido à abertura do novo período de candidaturas.

**Quadro 31: Publicidade - Indicadores Linha Verde em 2013**

Indicadores "Linha Verde"	2013
Nº telefonemas recebidos	976
Nº questões respondidas	771

### 5.7.3 BOAS PRÁTICAS DA DIVULGAÇÃO DO PRN

Para além das sessões de divulgação, promovidas pelos beneficiários do Programa e documentadas no relatório de atividades da ETA (em anexo), também as comunicações da Gestora realizadas em diversas ocasiões constituíram momentos de divulgação do PRN.

**Figura 11: Publicidade - Sessão de divulgação**

Gestora do ProDeR no Seminário «A mulher e a agricultura», organizado pela AVIDOURO (Associação dos Vitivinicultores Independentes do Douro)



**Figura 12: Publicidade - Sessão de divulgação**

Gestora do ProDeR no Seminário «Corknow-how», organizado pela UNAC (União da Floresta Mediterrânica)



#### 5.7.4 COMUNICAÇÃO INTERNA

---

O PRRN beneficiou dos canais e instrumentos de comunicação habitualmente utilizados pela AG, designadamente:

- ❖ a disponibilização diária do *clipping* eletrónico;
- ❖ a difusão também diária da legislação nacional e comunitária;
- ❖ a divulgação das mais relevantes tomadas de decisão/novos procedimentos da AG, em formato comunicado.

Fica desta forma demonstrada a relevância atribuída ao processo comunicacional interno e a sua importância para a consolidação do Programa na AG do ProDeR e do PRRN.

## 6 DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM AS POLÍTICAS COMUNITÁRIAS

Durante o ano de 2013, todas as regras relativas à concorrência, à contratação pública, à proteção e melhoria do ambiente, à promoção da igualdade entre os géneros e à não discriminação, aplicáveis ao PRRN, foram cumpridas em conformidade com as políticas comunitárias.

### 6.1 CUMPRIMENTO DAS REGRAS RELATIVAS À CONCORRÊNCIA

As medidas previstas no âmbito do PRRN encontram-se dentro das condições e limites do Regulamento (CE) nº 1.698/2005, de 20 de setembro, e não se prevê financiamento nacional adicional.

### 6.2 CUMPRIMENTO DAS REGRAS RELATIVAS À CONTRATAÇÃO PÚBLICA

As regras relativas à contratação pública encontram-se acauteladas através do controlo administrativo efetuado a todas as operações cujos beneficiários sejam organismos do Estado, com o integral respeito pela legislação comunitária e nacional, nomeadamente o Decreto-lei nº 197/99, de 8 de junho, que estabelece as regras da concorrência e dos contratos públicos, sucedido pelo Decreto-lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, cuja aplicabilidade se iniciou em julho de 2008.

### 6.3 CUMPRIMENTO DAS REGRAS RELATIVAS À PROTEÇÃO E MELHORIA DO AMBIENTE

O PRRN tem assegurado através do controlo administrativo e do controlo *in loco* o cumprimento das regras relativas à proteção e melhoria do ambiente.

## 6.4 CUMPRIMENTO DAS REGRAS RELATIVAS À IGUALDADE ENTRE OS GÉNEROS E À NÃO DISCRIMINAÇÃO

O PRRN incorpora as disposições do Artigo 8º do Regulamento (CE) nº 1.698/2005, de 20 de setembro, relativas à igualdade entre homens e mulheres e não discriminação, na medida em que os requisitos exigidos prendem-se com as condições relativas ao exercício da atividade e necessárias à implementação dos investimentos propostos.

Todas as pessoas, independentemente do género, raça, religião ou orientação política, que preencham aqueles requisitos, estão em condições de beneficiar dos apoios.

São preocupações transversais do PRRN a atenuação de desigualdades de oportunidades entre homens e mulheres e entre grupos etários através nomeadamente dos seguintes aspetos:

- ❖ Assegurar que a informação sobre o Programa seja clara e acessível a todos os potenciais interessados, garantindo-se condições para mobilizar a sua participação;
- ❖ No processo de consulta a agentes económicos e sociais, foram incluídas organizações representativas das mulheres em meio rural;
- ❖ Nas medidas disponibilizadas, são criadas condições mais propícias a uma cidadania ativa e participativa, independentemente do género;
- ❖ No processo de acompanhamento e avaliação, será possível integrar os resultados obtidos através dos indicadores específicos, permitindo a aferição dos objetivos transversais a atingir.

## 7 REUTILIZAÇÃO DOS MONTANTES RECUPERADOS NOS TERMOS DO ARTIGO 33º DO REGULAMENTO (CE) Nº 1290/2005

O Regulamento (CE) nº 1290/2005 do Conselho, de 21 de junho, relativo ao financiamento da PAC, prevê no seu artigo 33º (disposições específicas para as irregularidades do FEADER) que os EM devem efetuar correções financeiras em resultado do pagamento de algum montante indevido por fraude e negligência.

Estas correções são efetuadas através da anulação total ou parcial do financiamento comunitário em questão, de acordo com o sistema de recuperação de verbas da responsabilidade do OP.

Deste modo, os montantes excluídos do financiamento comunitário e os recuperados, bem como os respetivos juros, ocorridos no âmbito do PRRN, são reafectados para operações previstas no Programa de acordo com os seus procedimentos de recuperação.

Estes fundos só podem ser reutilizados ou recuperados para operações no âmbito do mesmo Programa, desde que não sejam reafectados a operações que tenham sido objeto de uma correção financeira.

Ficou desta forma garantida a afetação do financiamento comunitário recuperado às mesmas áreas / operações do Programa.

De acordo com a informação disponibilizada pelo OP os resultados são os que se apresentam em seguida.

**Quadro 32: Recuperações - Base de dados de devedores a 31-12-2013**

Un.: euros

Situação		Nº processos	Valores a recuperar	Valores recuperados	Valores em débito
Abertos	Em Curso	-	-	-	-
	Suspensos	-	-	-	-
Encerrados	Saldados	7	300.340	300.340	-
	Arquivados	-	-	-	-
	Incobráveis	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>		<b>7</b>	<b>300.340</b>	<b>300.340</b>	<b>-</b>



**ANEXOS**

**LISTA DE PA APOIADOS PELO PRN A 31-12-2013**  
**RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA REDE RURAL NACIONAL**

AI	Designação da operação	Beneficiário	Despesa pública aprovada	
1	III Congresso Nacional de Rega e Drenagem - III CNRD	CENTRO OPERATIVO E DE TECNOLOGIA DE REGADIO	18.140	
	Projecto 5x5 - 5 Mil Casas em 5 Redes: Redes Temáticas Integradas de Turismo Rural	PRIVETUR ASSOC PORTUGUESA DE TURISMO NO ESPACO RURAL	127.616	
	Inovação Aberta como Ferramenta de Competitividade das Empresas Alimentares	TAGUS - ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO RIBATEJO INTERIOR	26.500	
	ICCER - Indústrias Culturais e Criativas em Espaço Rurais		ADRMIMINHO ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO DO VALE DO MINHO	35.422
			ADRIL - ASSOCIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO DO LIMA	23.959
			ATAHCA-ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DAS TERRAS ALTAS DO HOMEM CÁVADO	22.974
			SOL DO AVE - ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO VALE DO AVE	23.985
			PROBASTO - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE BASTO	23.257
			ADER-SOUSA ASSOC DE DESENVOLVIMENTO RURAL DAS TERRAS DO SOUSA	24.827
			DOLMEN - COOPERATIVA DE FORMAÇÃO EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO BAIXO TAM	24.616
			ADRMIMAG - ASS. DE DESENV. INTG.SERRAS DE MONTEMURO ARADA E GRALHEIRA	24.814
			ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO DAS TERRAS DE SANTA MARIA	23.037
			MINHA TERRA - FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE ASSOCIAÇÕES DESENVOLVIMENTO LOCAL	54.757
	Intervenção integrada e qualificada nos territórios rurais			
	criação de valor na produção nacional de cereais, oleaginosas e proteaginosas	ANPOC - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PRODUTORES DE CEREAIS	49.551	
		INSTITUTO NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO AGRÁRIA E VETERINÁRIA I.P.	12.180	
	ROTEIRO TEMÁTICO - Desenvolvimento Local nos Territórios Rurais	MINHA TERRA - FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE ASSOCIAÇÕES DESENVOLVIMENTO LOCAL	58.071	
	Boas Práticas Empreendedoras em Meio Rural	MONTE - DESENVOLVIMENTO ALENTEJO CENTRAL, ACE	62.763	
	Escola de Verão para o Desenvolvimento Rural	MONTE - DESENVOLVIMENTO ALENTEJO CENTRAL, ACE	60.479	
	Promover identif., análise e difusão de boas práticas desenv. empresarial e valoriz prod. agro-alim.	UNIVERSIDADE TRAS MONTES ALTO DOURO	47.761	
		INSTITUTO SUPERIOR DE AGRONOMIA	30.476	
		DIRECCAO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS DO NORTE	8.123	
	Corknow-how: Conhecimento Suberícola em Rede	UNAC - UNIÃO DA FLORESTA MEDITERRÂNICA	107.156	
	Iniciativa Rural - Saber Mais, Para Fazer Melhor	CONFAGRI - CONF. NAC. DAS COOP. AGRIC. E CREDITO AGRIC. DE PORTUGAL CCRL	321.473	
		INSTITUTO SUPERIOR DE AGRONOMIA	54.237	
	Inov. e Empreendedorismo M. Rural. Identif. e Divulg. de Boas Práticas nos S. Agríc. e Agro-Industrial	INOVISIA - ASSOCIAÇÃO PARA A INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL	46.393	
		AJAP - ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS AGRICULTORES DE PORTUGAL	36.520	
	Rede Comércio Sustentável Parques com Vida em territórios de Área Protegida no Norte de Portugal	INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DA REGIÃO DO NORTE - IDARN	4.545	
		UNIVERSIDADE TRAS MONTES ALTO DOURO	59.104	
		CORANE - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DOS CONCELHOS DA RAIA NORDESTINA	7.811	
		DOURO SUPERIOR, ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO	5.597	
		ASSOCIAÇÃO PARQUES COM VIDA	48.278	
Desenvolvimento e Promoção do "Guia de Apoio às Explorações Agrícolas"	DIRECCÃO GERAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	2.310		
Contribuição p/o aumento da rentabilidade e da sustentabilidade ambiental dos regadios a Sul do Tejo	INSTITUTO SUPERIOR DE AGRONOMIA	23.196		
	CENTRO OPERATIVO E DE TECNOLOGIA DE REGADIO	8.514		
Desenvolvimento e Inovação do Regadio	FENAREG - FEDERAÇÃO NACIONAL DE REGANTES DE PORTUGAL	74.027		
	ADL - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO LITORAL ALENTEJANO	7.222		
	ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO RURAL DA CHARNECA RIBATEJANA	3.358		
Contribuição p/o aumento da rentabilidade e da sustentabilidade ambiental dos regadios a Sul do Tejo	INSTITUTO POLITECNICO DE PORTALEGRE	60.356		
RUR@L INOV - Inovar em Meio Rural	UNIVERSIDADE TRAS MONTES ALTO DOURO	112.797		
	DIRECCÃO GERAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	62.579		
Produção e divulgação de conteúdos potenciadores do desenvolvimento rural	CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA	121.890		
Princípios, Práticas e Políticas na Construção de Desenvolvimento Local-Rural: Casos de Sucesso	ASSOCIACAO ESTUDO DEFESA PATRIMONIO NATURAL CULTURAL CONCELHO DE MERTOLA	123.509		
ENOTURIS	APRODER-ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO RURAL DO RIBATEJO	9.282		
	ADREPES-ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL DA PENÍNSULA DE SETÚBAL	78.914		
	TAGUS - ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO RIBATEJO INTERIOR	2.213		

AI	Designação da operação	Beneficiário	Despesa pública aprovada
1	BIODIVERSIDADE A SEUS PÉS	ALMARGEM - ASSOCIAÇÃO DEFESA PATRIMÓNIO CULTURAL E AMBIENTAL DO ALGARVE	46.349
	ASAS - Aldeias Sustentáveis e Activas	ANIMAR - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL	215.134
		ICE-INSTITUTO DAS COMUNIDADES EDUCATIVAS	56.218
	Empreender na Fileira das PAM em Portugal	ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO CONCELHO DE MOURA	43.781
		ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO CONCELHO DE MOURA	91.199
	Jovem Empresário Rural: Um novo conceito para potenciar o desenvolvimento rural	ANIMAR - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL	90.308
	Efeito do Sistema de Normalização Contabilística na Agricultura	AJAP - ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS AGRICULTORES DE PORTUGAL	329.078
	PITI - Plataforma Integrada de Transferência e Inovação	CONFEDERACAO DOS AGRICULTORES DE PORTUGAL	126.479
	Desenvolvimento e Inovação no Regadio	TERRAS DENTRO - ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO	56.013
		LEADERSOR - ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO DO SOR	2.688
	À Descoberta do Mundo Rural	ICE-INSTITUTO DAS COMUNIDADES EDUCATIVAS	123.306
		ANIMAR - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL	49.385
	Boas práticas agrícolas para uso sustentado dos efluentes pecuários	DIRECÇÃO GERAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	55.459
		DIRECCAO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS DO NORTE	66.384
		ESCOLA SUPERIOR AGRARIA DE COIMBRA	36.597
		INSTITUTO POLITÉCNICO DE VIANA DO CASTELO	106.210
		UNIVERSIDADE TRAS MONTES ALTO DOURO	73.200
		DIRECÇÃO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS DO CENTRO	9.160
		ÁGROS - UNIAO DAS COOP PROD DE LEITE DE ENTRE DOURO E MINHO E T-M UCRL	21.531
	Debate sobre as Estratégias Locais de Desenvolvimento e os Modelos da Governança na Região	DIRECCAO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS DO ALENTEJO	25.368
		GABINETE DE PLANEAMENTO E POLITICAS - GPP	5.205
		UNIVERSIDADE DE EVORA	29.633
	Manual Boas Práticas de Colheita e consumo de Cogumelos Silvestres e Guia do Campo Espécies Cogum...	MONTE - DESENVOLVIMENTO ALENTEJO CENTRAL, ACE	5.510
		DIRECÇÃO GERAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	46.756
	Definição metod. p/valor. e gestão bacias hidrográficas e sitios de interesse natural em territ. rurais	AUTORIDADE FLORESTAL NACIONAL	11.905
		ADER-SOUSA ASSOC DE DESENVOLVIMENTO RURAL DAS TERRAS DO SOUSA	129.439
	Empresas e Biodiversidade - Mundo Rural	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO DAS TERRAS DE SANTA MARIA	55.460
	Capacitação de explorações agrícolas para a certificação de sustentabilidade	QUERCUS-ASSOCIACAO NACIONAL CONSERVACAO DA NATUREZA	30.667
	A mulher e a agricultura: factores de diferenciação da Região Demarcada do Douro	LIGA PARA A PROTECCÃO DA NATUREZA	47.176
	Turismo em Áreas Rurais: Identificação, promoção e disseminação de boas práticas	ASSOCIAÇÃO DE VITIVINICULTORES INDEPENDENTES DO DOURO - AVIDOURO	58.839
	Disseminação de boas práticas para a biodiversidade na aplicação de compromissos agro-ambientais	LIGA PARA A PROTECCÃO DA NATUREZA	40.461
		LIGA PARA A PROTECCÃO DA NATUREZA	43.677
	Turismo de Aldeia como Potencial de Dinamização Económica dos Núcleos Rurais	CONFEDERACAO DOS AGRICULTORES DE PORTUGAL	25.385
Promoção da aquisição de competências e novos conhecimentos para os Grupos de Acção Local	ATA - ASSOCIAÇÃO DO TURISMO DE ALDEIA	119.199	
Valorização de serviços ambientais de agro-ecossistemas em áreas protegidas	GABINETE DE PLANEAMENTO E POLITICAS - GPP	10.470	
	QUERCUS-ASSOCIACAO NACIONAL CONSERVACAO DA NATUREZA	78.864	
Estudo e Valorização do Património Rural da Região da Beira Serrana	UNIVERSIDADE TRAS MONTES ALTO DOURO	74.661	
FURURURAL - As Boas Práticas como Factor de Desenvolvimento do Mundo Rural	CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS JOVENS AGRICULTORES E DO DESENVOLVIMENTO RURAL	50.721	
Difundir Boas Práticas p/ melhoria eficiência ovicultura Serra Estrela e inform. dinamizad. sector	NERPOR NUCLEO EMPRESARIAL REGIAO PORTALEGRE	66.933	
	DIRECÇÃO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS DO CENTRO	140.312	
	ESTRELACOOP - COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE QUEIJO SERRA DA ESTRELA CRL	69.165	
		86	4.928.874

AI	Designação da operação	Beneficiário	Despesa pública aprovada
2	II Encontros Europeus LEADER Periurbanos	ADREPES-ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL DA PENÍNSULA DE SETÚBAL	81.253
	Reforço de competências para a cooperação em territórios Rurais - o CRDR do Monte	MONTE - DESENVOLVIMENTO ALENTEJO CENTRAL, ACE	46.228
	Encontro de Cooperação com Países Lusofonos - Torres Novas 2010	ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO RIBATEJO NORTE	77.211
	Territórios Rurais em Rede	MINHA TERRA - FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE ASSOCIAÇÕES DESENVOLVIMENTO LOCAL	53.516
	Aprofundamento e Debate Cooperação entre Territórios - Criação e Desenv. Oficinas Cooperação	DIRECCAO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS DO NORTE	1.396
		GABINETE DE PLANEAMENTO E POLITICAS - GPP	2.503
	Territórios Rurais em Rede II	DIRECCÃO GERAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	38.412
		MINHA TERRA - FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE ASSOCIAÇÕES DESENVOLVIMENTO LOCAL	65.176
	RIOS - Rede de Inovação e Oportunidades para a Sustentabilidade	ASSOCIACAO ESTUDO DEFESA PATRIMONIO NATURAL CULTURAL CONCELHO DE MERTOLA	63.011
		ASSOCIACAO TERRAS DO BAIXO GUADIANA	8.803
	Geminações - realidade e oportunidades	ADRUSE - ASSOCIAÇÃO DESENVOLVIMENTO RURAL SERRA ESTRELA	81.255
		PRÓ-RAIA - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DA RAIÁ CENTRO NORTE	23.175
		RAIA HISTORICA - ASSOCIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE DA BEIRA	55.630
		ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO RIBATEJO NORTE	19.030
		ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO DAS TERRAS DE SANTA MARIA	18.659
		CORANE - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DOS CONCELHOS DA RAIÁ NORDESTINA	15.781
		PINHAL MAIOR - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO PINHAL INTERIOR SUL	12.072
	Lusofonia e Desenvolvimento Rural	ADRMIMINHO ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO DO VALE DO MINHO	6.744
		ADRMIMAG - ASS. DE DESENV. INTG.SERRAS DE MONTEMURO ARADA E GRALHEIRA	22.500
		ATAHCA-ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DAS TERRAS ALTAS DO HOMEM CÁVADO	16.102
	ADICES - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL	6.738	
		<b>21</b>	<b>715.195</b>
3	O Espaço Rural Português face à Reforma da PAC pós 2013	GABINETE DE PLANEAMENTO E POLITICAS - GPP	108.959
	Política Agrícola e Alimentar Comum para o pós 2013 na Óptica da Soberania Alimentar	GABINETE DE PLANEAMENTO E POLITICAS - GPP	520
	Internacionalização do Turismo em Meio Rural	CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA	27.385
		GABINETE DE PLANEAMENTO E POLITICAS - GPP	57.641
	Desenv de Indicadores Agro-ambientais para a Identificação dos efeitos das Políticas sobre o Mundo Rural	GABINETE DE PLANEAMENTO E POLITICAS - GPP	55.910
		INSTITUTO NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO AGRÁRIA E VETERINÁRIA I.P.	74.446
	Implem. e Avaliação dos Instrum. de Política para o Desenvol. Rural - Facilitar, Proc. e Observar Desenv.	GABINETE DE PLANEAMENTO E POLITICAS - GPP	161.810
		SPEA-SOCIEDADE PORTUGUESA PARA O ESTUDO DAS AVES	65.182
	Aprofundar o conhecimento sobre a importância da fileira do leite e prosp. a evolução desse sector	DIRECCÃO REGIONAL DOS ASSUNTOS COMUNITÁRIOS DA AGRICULTURA	47.475
	Instalação de Jovens Agricultores: Factores que determinam o sucesso	AJAP - ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS AGRICULTORES DE PORTUGAL	119.451
		GABINETE DE PLANEAMENTO E POLITICAS - GPP	7.008
	Proj. Piloto Aval. Adequabilidade Impacto Implem. Med. Incrém. Biodiversidade Exp. Agric. Continente	CONFEDERACAO DOS AGRICULTORES DE PORTUGAL	66.627
		LIGA PARA A PROTECCÃO DA NATUREZA	71.730
	Ciclo de Seminários - Agricultura e Desenvolvimento Rural	DIRECCAO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS DO ALENTEJO	553
		GABINETE DE PLANEAMENTO E POLITICAS - GPP	25.167
	Avaliação Contínua do Programa da Rede Rural Nacional	DIRECCÃO GERAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	1.685
Quadro de Referência para o Desenvolvimento Local - Rural no Horizonte 2020	MINHA TERRA - FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE ASSOCIAÇÕES DESENVOLVIMENTO LOCAL	47.638	
	DIRECCAO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS DO ALENTEJO	6.455	
	CONFEDERACAO DOS AGRICULTORES DE PORTUGAL	99.392	
	SPEA-SOCIEDADE PORTUGUESA PARA O ESTUDO DAS AVES	18.099	
Fase exec. Proj. - piloto p/avaliação de adequabilidade e impacto da implem. medidas de increm. biodiv.	LIGA PARA A PROTECCÃO DA NATUREZA	79.091	
	DIRECCÃO GERAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	3.254	

AI	Designação da operação	Beneficiário	Despesa pública aprovada
3	Dinâmicas e Políticas para o Desenvolvimento Rural	ANIMAR - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL	100.666
		INSTITUTO SUPERIOR DE AGRONOMIA	13.831
		ROTA DO GUADIANA - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO	19.134
		INSTITUTO NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO AGRÁRIA E VETERINÁRIA I.P.	12.949
	Avaliação do Impacto do Acomp. Téc. na Sustentabilidade da Instalação dos Jovens Agricultores	AJAP - ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS AGRICULTORES DE PORTUGAL	127.029
	Exportação no Sector Agrícola e Agro-alimentar: análise prospectiva e estudo de benchmarking	AJAP - ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS AGRICULTORES DE PORTUGAL	112.422
		INOVISA - ASSOCIAÇÃO PARA A INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL	39.488
	Instrumentos de engenharia financeira e polit. de prom. de eficiência energética na PAC pós 2013	GABINETE DE PLANEAMENTO E POLITICAS - GPP	23.862
		CONFAGRI - CONF. NAC. DAS COOP. AGRIC. E CREDITO AGRIC. DE PORTUGAL CCRL	17.499
		CONFEDERACAO DOS AGRICULTORES DE PORTUGAL	19.394
MINHA TERRA - FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE ASSOCIAÇÕES DESENVOLVIMENTO LOCAL		18.864	
<b>33</b>			<b>1.650.617</b>
4	Edição, Publicação: "Eficiên. Energética no Regadio", "Protocolo Audit. Energética em Estações Elevatórias"	CENTRO OPERATIVO E DE TECNOLOGIA DE REGADIO	30.761
	1º Congresso Galaico-Transmontano das Áreas Comunitárias	FAGRORURAL-FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES AGRO-FLORESTAIS TRANSMONTANAS	20.167
	Rede de Informação no Meio Rural	AGRESTA - ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DO MINHO	10.501
	Promoção da agricultura como sector fundamental para um desenvolvimento sustentável na região de LVT	CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS JOVENS AGRICULTORES E DO DESENVOLVIMENTO RURAL	204.782
	Plataforma de Suporte à Rede dos Jovens Empresários Rurais	AJAP - ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS AGRICULTORES DE PORTUGAL	90.965
	Divulgação e Sensibilização	CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA	43.350
	Semente na Terra	ASSOCIAÇÃO DISTRITAL DOS AGRICULTORES DE CASTELO BRANCO	18.085
	1º Congresso Europeu das Áreas Comunitárias	BALADI FEDERAÇÃO NACIONAL DOS BALDIOS	48.926
	Uma Sensibilização Positiva da Sociedade	CONFEDERACAO DOS AGRICULTORES DE PORTUGAL	391.361
	Comunicação para o Desenvolvimento Territorial	MINHA TERRA - FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE ASSOCIAÇÕES DESENVOLVIMENTO LOCAL	301.189
	Criação, Desenvolvimento e Actualização do Sítio da RRN e Edição de Publicações	DIRECÇÃO GERAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	99.421
	PORTALRURAL - Promoção e Divulgação da Informação no Mundo Rural	NERPOR NUCLEO EMPRESARIAL REGIAO PORTALEGRE	65.601
	Roteiro Digital - Jovens Agricultores	AJAP - ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS AGRICULTORES DE PORTUGAL	47.535
	Rural. mov - Seleção e Prom. dos melhores proj., de inovação e desen. empresarial finan. pelo PRODER	INOVISA - ASSOCIAÇÃO PARA A INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL	42.603
	Pessoas e Lugares - Comunicação para o Desenvolvimento Territorial	MINHA TERRA - FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE ASSOCIAÇÕES DESENVOLVIMENTO LOCAL	49.789
	Medidas de apoio à competitividade da nova PAC - Impacto no setor do milho	ANPROMIS - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PRODUTORES DE MILHO E SORGO	46.983
	Floresta - Impacto do PRODER no Tecido Florestal Nacional	APAS FLORESTA - ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES FLORESTAIS	44.710
	Esclarecimento adequado da PAC pós 2013	CONFEDERACAO DOS AGRICULTORES DE PORTUGAL	49.699
	Elaboração de Cadernos Temáticos	CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA	49.589
	MAIS INFORMAÇÃO, BOM AMBIENTE, MELHOR FLORESTA	AFIN - ASSOCIAÇÃO FLORESTAL DO INTERIOR	30.549
	CONFAGRI - Informa: Os desafios da nova PAC	CONFAGRI - CONF. NAC. DAS COOP. AGRIC. E CREDITO AGRIC. DE PORTUGAL CCRL	49.969
	Desafio 2020 - A informação digital, os Grupo de Baldios e os import. papeis na dinâmica territorial	SECRETARIADO DOS BALDIOS DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO	47.236
	Promoção, Valorização e Comercialização dos Recursos Florestais do Minho	ADEFM - ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DA FLORESTA DO MINHO	27.519
	Regadio no contexto da Estratégia Europa 2020: sustentável e integrador	FENAREG - FEDERAÇÃO NACIONAL DE REGANTES DE PORTUGAL	37.833
	Estar informado, faz a diferença	ASSOCIAÇÃO DISTRITAL DOS AGRICULTORES DE CASTELO BRANCO	31.035
	Douro 2014-2020 - Um percurso de afirmação territorial e de sustent. a lig. entre o vinho e as gentes	ASSOCIAÇÃO DE VITIVINICULTORES INDEPENDENTES DO DOURO - AVIDOURO	44.378
<b>26</b>			<b>1.924.535</b>

			Un.: euros
AI	Designação da operação	Beneficiário	Despesa pública aprovada
5	Despesas Funcionamento Rede Rural - Ano 2009	SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS	5.607
	Apoio ao Funcionamento da Estrutura da Rede Rural 2009	DIRECCAO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS DE LISBOA E VALE DO TEJO	13.751
	Funcionamento da Rede Rural 2008	GABINETE DE PLANEAMENTO E POLITICAS - GPP	54.660
	Funcionamento da Rede Rural 2009	GABINETE DE PLANEAMENTO E POLITICAS - GPP	141.067
	Funcionamento da Rede Rural na área da DRAP Alentejo para o ano 2009	DIRECCAO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS DO ALENTEJO	18.072
	Apoio ao Funcionamento do PRRN da área da DRAP Algarve para o ano de 2009	DIRECCAO REGIONAL AGRICULTURA E PESCAS DO ALGARVE	12.091
	Apoio ao funcionamento da Estrutura da Rede Rural Nacional da área da DRAP Centro para o ano de 2009	DIRECCÃO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS DO CENTRO	14.228
	Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte (DRAPN) no ano 2009	DIRECCAO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS DO NORTE	11.228
	Apoio ao Funcionamento da Estrutura da Rede Rural 2010	DIRECCAO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS DE LISBOA E VALE DO TEJO	50.950
	Funcionamento da Rede Rural na área da DRAPALE para 2010	DIRECCAO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS DO ALENTEJO	24.229
	Criação e Funcionamento da Estrutura de Gestão de Apoio ao Gestor e Divulgação do PRRN para 2010	DIRECCÃO GERAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	146.105
	Despesas de Funcionamento da Rede Rural - Ano 2010	SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS	9.294
	Criação, Coordenação e Animação da Rede Rural Nacional - Ano 2010	DIRECCÃO GERAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	125.280
	Funcionamento da Rede Rural 2010	GABINETE DE PLANEAMENTO E POLITICAS - GPP	60.523
	Financiamentono âmbito do PRRN para a DRAP Norte no ano de 2010	DIRECCAO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS DO NORTE	19.234
	Apoio ao Funcionamento do PRRN na área da DRAP Algarve para o ano de 2010	DIRECCAO REGIONAL AGRICULTURA E PESCAS DO ALGARVE	17.573
	Apoio ao funcionamento da Estrutura da Rede Rural Nacional da área da DRAP Centro para o ano de 2010	DIRECCÃO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS DO CENTRO	11.961
	Funcionamento do Ponto Focal da RRN na Região Autónoma dos Açores	DIRECCÃO REGIONAL DOS ASSUNTOS COMUNITÁRIOS DA AGRICULTURA	13.004
	Funcionamento do Ponto Focal da RRN na Região Autónoma dos Açores para o ano de 2011	DIRECCÃO REGIONAL DOS ASSUNTOS COMUNITÁRIOS DA AGRICULTURA	17.715
	Funcionamento da estrutura de gestão de apoio ao gestor e divulgação do PRRN no ano de 2011	DIRECCÃO GERAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	302.603
	Apoio ao Funcionamento do Programa da Rede Rural Nacional na área da DRAP Algarve para o ano de 2011	DIRECCAO REGIONAL AGRICULTURA E PESCAS DO ALGARVE	49.697
	Apoio ao Funcionamento da Estrutura da Rede Rural Nacional da área da DRAP Centro para o ano de 2011	DIRECCÃO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS DO CENTRO	33.405
	Coordenação e Animação da Rede Rural Nacional - 2011	DIRECCÃO GERAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	491.057
	Apoio ao Funcionamento da Estrutura da Rede Rural 2011	DIRECCAO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS DE LISBOA E VALE DO TEJO	43.502
	Financiamento no âmbito do PRRN, para a DRAP Norte no ano de 2011	DIRECCAO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS DO NORTE	22.533
	Despesas Funcionamento Rede Rural - Ano 2011	SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS	40.973
	Funcionamento da Rede Rural na área da DRAP Alentejo pra o ano de 2011	DIRECCAO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS DO ALENTEJO	21.811
	Implementação do sistema de informação de suporte às candidaturas e ped. pag. da Rede Rural Nacional	INSTITUTO DE FINANCIAMENTO DA AGRICULTURA E PESCAS I.P.	182.400
	Funcionamento da Estrutura de Gestão de apoio ao Gestor e divulgação do PRRN no ano de 2012	ESTRUTURA DE MISSÃO PARA O PROGRAMA DESENVOLVIMENTO RURAL DO CONTINENTE	355.635
	Coordenação e Animação da Rede Rural Nacional	DIRECCÃO GERAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	457.254
		<b>30</b>	<b>2.767.441</b>
		<b>196</b>	<b>11.986.662</b>